

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

## CONSOLIDADA

Grupo Municipal de Fafe

---

**FAFE**  
município



**Assinaturas digital:**

Órgão Executivo:

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Órgão Deliberativo:

(O Presidente da Assembleia Municipal)

(1.º secretário)

(2.º secretário)



# Índice

<b>1 RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>2</b>
I-INTRODUÇÃO .....	2
II – ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL, PERIMETRO DE CONSOLIDADCAO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	4
III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO... 5	
V- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO .....	17
VI- CONTABILIDADE DE GESTÃO .....	17
<b>2. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....</b>	<b>21</b>
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	21
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES .....	22
<b>3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>26</b>
BALANÇO CONSOLIDADO.....	26
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO .....	27
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	28
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DE FLUXOS DE CAIXA.....	29
<b>4. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>30</b>
<b>4. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>30</b>
<b>NOTA 1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO .....</b>	<b>30</b>
<b>NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....</b>	<b>32</b>
<b>NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS.....</b>	<b>41</b>
<b>NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE .....</b>	<b>43</b>
<b>NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....</b>	<b>44</b>
<b>NOTA 6 – LOCAÇÕES .....</b>	<b>50</b>
<b>NOTA 7 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....</b>	<b>51</b>
<b>NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>52</b>
<b>NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS .....</b>	<b>52</b>

NOTA 10 – INVENTÁRIOS.....	52
NOTA 11 - AGRICULTURA.....	53
NOTA 12 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO .....	53
NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO .....	53
NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO .....	54
NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	55
NOTA 16 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO .....	56
NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO .....	57
NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	57

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

1

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

---

**CONSOLIDADO**

Grupo Municipal de Fafe

---

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

## I- INTRODUÇÃO

O Município de Fafe apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município e pela empresa municipal Águas de Fafe, E.M, esta controlada, de forma direta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pela empresa municipal Águas de Fafe, E.M é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira da empresa municipal enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município de Fafe é detentor de uma percentagem de controlo a 100% da entidade municipal participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras da empresa consolidada no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

Assim, a consolidação de contas tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicado no contexto do setor empresarial local.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal submeter os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2022, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Demonstração das Alterações no Património Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Certificação Legal de Contas;

para que nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da referida Lei possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 6/2020 de 10 de abril, na sua redação atual, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

## II – ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais<sup>1</sup> (RFALEI), no seu artigo 75º prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. A prestação de contas consolidada do ano 2021 é apresentada em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação e contas para a Administração Pública, concretamente a NCP nº26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras individuais, o Município detém as seguintes participações presentes na Tabela nº1.

Tabela 1 – Participadas

Designação	Morada
Águas de Fafe, E.M.	Largo 1.º de Dezembro 4820-141 Fafe
Águas do Norte	Avenida Osnabruck, 29 5000-427 Vila Real
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Rua Gregório Lopes, lote 1514, R/Ch 1400-195 Lisboa

Das participadas apresentadas na tabela nº1, apenas entram no perímetro de consolidação financeira do Município as entidades participadas controladas pelo Município.

Tabela 2 – Percentagem de participação nas entidades em que o Município participa

Investimentos financeiros	Percentagem de controlo	Valor da Participação	Natureza do Relacionamento
Águas de Fafe, E.M.	100%	400.000,00€	Entidade Controlada
ÁGUAS DO NORTE	2,19%	2.434.815,00 €	Outras entidades
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,21%	883.831,50 €	Outras entidades

Importa referir que a entidade controlada pelo Município **não é uma Entidade Pública Reclassificada**.

Ao abrigo do previsto no art. 7º do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro (aprova o SNC-AP) e conforme orientações que constam na FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), o Município não se encontra obrigada a incluir no perímetro de consolidação orçamental a participada controlada “Águas de Fafe, E.M.” uma vez que esta não é uma Entidade Publicada Reclassificada. Assim, as demonstrações orçamentais consolidadas integram apenas os dados orçamentais do Município.

Dado que a NCP Nº 26 do normativo vigente, não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais Município.

### **III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO**

Em cumprimento ao artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal realizada no dia 03 e 28 de dezembro de 2020, respetivamente, aprovou, a criação da Empresa Municipal, através da celebração de um acordo de gestão delegada, a gestão do sistema municipal público de distribuição em baixa de água do Município de Fafe, constituindo a aprovação dos estatutos da referida empresa Municipal, o contrato de gestão delegada e respetivos anexos, incluindo o plano plurianual de investimentos, por forma a desencadear os procedimentos legais necessários à criação da empresa “Águas de Fafe, E.M”.

AF- ÁGUAS DE FAFE, E.M., é uma empresa local de âmbito municipal, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, constituída em 01/07/2021, nos termos do artigo 1.º da Lei anteriormente citada.

## **ATIVIDADE AF-ÁGUAS DE FAFE, E.M**

A partir de 11 de Setembro de 2021, a empresa AF- Águas de Fafe, E.M assumiu a exploração do sistema municipal público de distribuição de água do Concelho de Fafe.

Esta empresa municipal, detida a 100% pela Câmara Municipal de Fafe, garante à população fafense o abastecimento de água, assim como a gestão das redes que permitem fazê-lo de forma ininterrupta e qualitativa.

Qualidade e proximidade serão princípios essenciais na ligação da Águas de Fafe aos seus clientes, criando uma verdadeira rede, muito além daquela que permite levar água a todo o concelho.

Através de 620 quilómetros de redes, a Águas de Fafe garante o abastecimento de água totalmente segura e permanentemente testada a 86% do território concelhio.

Cabem-lhe ainda as seguintes responsabilidades:

- Assegurar a conceção, construção e aquisição de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema municipal de distribuição de água para consumo público, em baixa, bem como a sua exploração, expansão, ampliação, reparação, renovação e manutenção;
- Desenvolver um conjunto de ações que visam a caracterização, promoção ou manutenção da qualidade da água;
- Promover uma melhoria contínua da qualidade da água, nomeadamente, através de programas de manutenção, recuperação e ampliação do sistema municipal existente;
- Tomar as providências necessárias para prevenir ou eliminar qualquer situação anómala, suscetível de pôr em risco a saúde pública e a qualidade da água para consumo humano;
- Promover estudos visando a aplicação de novas tecnologias e métodos de tratamento da água.

Esta empresa municipal, detida a 100% pelo Município de Fafe, garante à população fafense o abastecimento de água, com universalidade de acesso, qualidade, eficiência, e a preços justos.

Conforme consta do preâmbulo do relatório de Gestão da Empresa Águas de Fafe, E.M, o ano 2022 foi um ano de desafios e de superação, justificado por ser o primeiro ano completo de atividade da empresa, mas também, pela rápida mudança do quadro macroeconómico e geopolítico global aumentou a incerteza e volatilidade ao longo do ano.

### ÓRGÃOS SOCIAIS:

Representante do Município na Assembleia Geral - Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

Conselho de Administração:

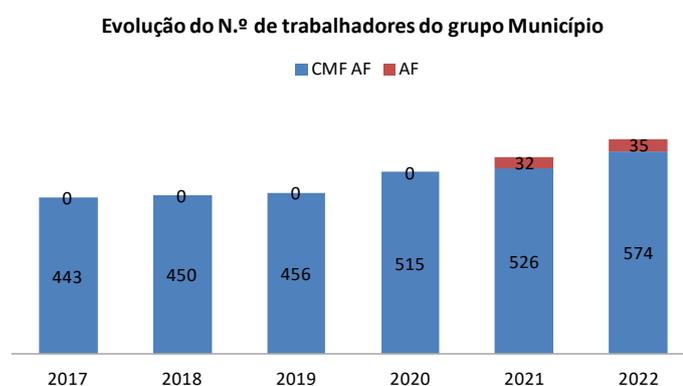
- Presidente – Presidente da Câmara Municipal Antero da Silva Oliveira Barbosa Fernandes
- Vice-Presidente – Ana Preciosa Mendes Novais Teixeira
- Vogal – Jorge Adélio Martins Pereira da Costa

Revisor Oficial de Contas – Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda N.º 155, representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC n.º 881 NIF/NIPC 504096664.

### RECURSOS HUMANOS

No final de 2022 o Grupo Município possuía 609 trabalhadores, com a criação da empresa AF-Águas de Fafe, E.M. Destes, 574 possuíam uma relação contratual direta com o Município e 35 encontravam-se ligados à empresa municipal. De seguida apresenta-se indicadores dos recursos humanos:

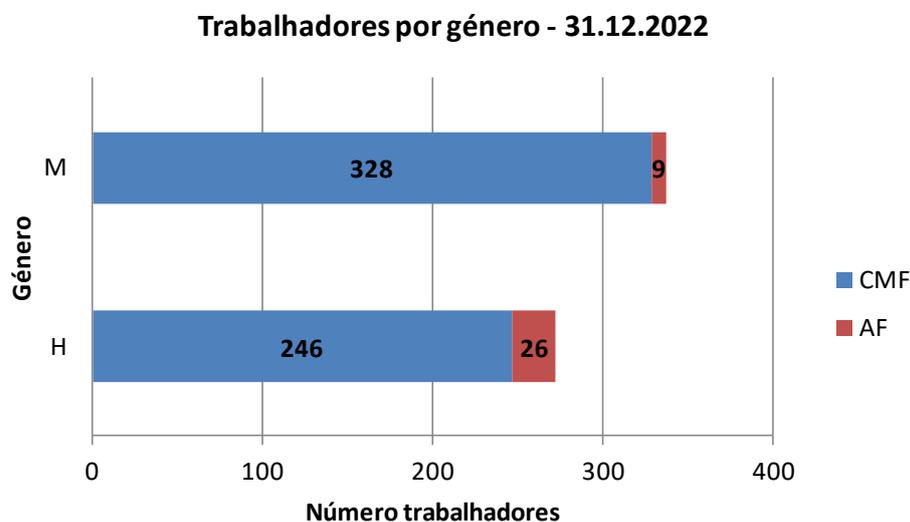
O Município de Fafe passou a exercer, para além das já exercidas ao abrigo do acordo de cooperação com o Ministério da Educação, novas competências, no âmbito da descentralização de competência do Estado- área de Educação, estas transferidas ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas sectoriais, nomeadamente em matéria da educação, esta regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a partir de 01 de abril de



2022.

A concretização da transferência de competências no domínio da Educação, traduziu-se no reforço 32 Assistentes operacionais e 9 Assistentes Técnicos afetos aos Agrupamentos de Escolas de Fafe.

Na distribuição do grupo dos trabalhadores por género 609 trabalhadores, esta **distribui-se no global pelo sexo masculino (H) com 45% / 272 trabalhadores e sexo feminino (M) 55% / 337 trabalhadoras.**



#### IV- ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

No quadro a seguir, é apresentado do balanço consolidado do exercício de 2022, com dados comparativos com o ano 2021.

## ESTRUTURA DO ATIVO

ATIVO	Reexpresso			
	2022	Peso %	2021	Peso %
<b>Ativo não corrente</b>	<b>107 609 875,39 €</b>	<b>84%</b>	<b>105 822 128,70 €</b>	<b>86%</b>
Ativos fixos tangíveis	104 208 720,12 €	82%	102 486 530,71 €	80%
Ativos intangíveis	81 817,94 €	0%	16 614,78 €	0%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	0,00 €	0%	0,00 €	0%
Participações financeiras - outros métodos	3 318 646,50 €	3%	3 318 646,50 €	3%
Cientes, contribuintes e utentes	690,83 €	0%	336,71 €	0%
<b>Ativo corrente</b>	<b>19 941 232,60 €</b>	<b>16%</b>	<b>16 684 245,49 €</b>	<b>14%</b>
Inventários	170 082,55 €	0%	96 342,94 €	0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	44 805,65 €	0%	0,00 €	0%
Cientes, contribuintes e utentes	170 623,06 €	0%	494 592,72 €	0%
Estado e outros entes públicos	78 018,09 €	0%	18 178,49 €	0%
Outras contas a receber	6 785 854,65 €	5%	7 287 196,34 €	6%
Diferimentos	3 070 722,16 €	2%	1 024 130,53 €	1%
Caixa e depósitos	9 621 126,44 €	8%	7 763 804,47 €	6%
<b>Total Ativo</b>	<b>127 551 107,99 €</b>	<b>100%</b>	<b>122 506 374,19 €</b>	<b>100%</b>

## ESTRUTURA DO PASSIVO

PASSIVO	Reexpresso			
	2022	Peso %	2021	Peso %
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 928 443,95 €</b>	<b>40%</b>	<b>5 567 164,74 €</b>	<b>52%</b>
Provisões	227 736,93 €	2%	907 850,40 €	8%
Financiamentos obtidos	3 112 190,79 €	25%	3 081 772,35 €	29%
Diferimento	356 293,60 €	3%	375 045,89 €	4%
Outras contas a pagar	1 232 222,63 €	10%	1 202 496,10 €	11%
	0,00 €	0%	0,00 €	0%
<b>Passivo corrente</b>	<b>7 546 312,35 €</b>	<b>60%</b>	<b>5 139 130,38 €</b>	<b>48%</b>
Fornecedores	909 193,13 €	7%	480 304,91 €	4%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	22 362,95 €	0%	22 362,95 €	0%
Estado e outros entes públicos	361 202,14 €	3%	320 999,40 €	3%
Financiamentos obtidos	611 559,80 €	5%	611 050,26 €	6%
Fornecedores de investimentos	68 933,94 €	1%	0,00 €	0%
Outras contas a pagar	5 538 265,41 €	44%	3 670 659,94 €	34%
Diferimentos	34 794,98 €	0%	33 752,92 €	0%
<b>Total Passivo</b>	<b>12 474 756,30 €</b>	<b>100%</b>	<b>10 706 295,12 €</b>	<b>100%</b>

**ESTRUTURA DE DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO**

Dívidas de terceiros e curto prazo	Reexpresso			
	2022	Peso %	2021	Peso %
Cientes, contribuintes e utentes	170 623,06 €	2%	494 592,72 €	6%
Outras contas a receber	6 785 854,65 €	98%	7 287 196,34 €	94%
<b>Total</b>	<b>6 956 477,71 €</b>	<b>100%</b>	<b>7 781 789,06 €</b>	<b>100%</b>

**ESTRUTURA DE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Reexpresso			
	2022	Peso %	2021	Peso %
Património/Capital	68 719 599,61 €	60%	68 719 599,61 €	61%
Reservas	1 513 812,66 €	1%	1 418 152,98 €	1%
Outras reservas	52 243,99 €	0%	0,00 €	0%
Resultados transitados	-4 471 187,76 €	-4%	-6 177 373,18 €	-6%
Outras variações no património líquido	48 131 005,89 €	42%	45 962 575,13 €	41%
Resultado líquido do período	1 130 877,30 €	1%	1 877 124,53 €	2%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>115 076 351,69 €</b>	<b>100%</b>	<b>111 800 079,07 €</b>	<b>100%</b>

**ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS**

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS				
RENDIMENTOS	Reexpresso			
	2022	Peso %	2021	Peso %
Impostos, contribuições e taxas	10 280 763,07 €	26%	9 294 770,41 €	27%
Vendas	0,00 €	0%	0,00 €	0%
Prestações de serviços e concessões	4 941 138,51 €	12%	2 422 986,21 €	7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	20 205 072,65 €	50%	17 938 962,10 €	53%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	0%	0,00 €	0%
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0%	0,00 €	0%
Aumento do justo valor	18,25 €	0%	0,00 €	0%
Provisões (aumentos/reduções)	291 738,47 €	1%	187 162,73 €	1%
Outros rendimentos	4 442 336,48 €	11%	4 181 269,75 €	12%
Juros e rendimentos similares obtidos	24 347,35 €	0%	944,59 €	0%
<b>Total Rendimentos</b>	<b>40 185 414,78 €</b>	<b>100%</b>	<b>34 026 095,79 €</b>	<b>100%</b>

**ESTRUTURA DOS GASTOS**

GASTOS	2022		2021	
		Peso %		Peso %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 356 568,22 €	3%	-180 221,66 €	1%
Fornecimentos e serviços externos	-9 484 862,13 €	24%	-7 696 700,67 €	24%
Gastos com pessoal	-12 157 763,15 €	31%	-10 699 023,23 €	33%
Transferências e subsídios concedidos	-8 902 959,57 €	23%	-8 026 415,69 €	25%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-238 436,61 €	1%	-62 326,40 €	0%
Outros gastos	-1 236 294,92 €	3%	-351 446,49 €	1%
Juros e gastos similares suportados	-69 857,26 €	0%	-46 982,64 €	0%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 518 183,96 €	14%	-5 070 354,38 €	16%
<b>Total Gastos</b>	<b>-38 964 925,82 €</b>	<b>100%</b>	<b>-32 133 471,16 €</b>	<b>100%</b>

**EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS**

RESULTADOS	2022	2021
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	6 784 182,83 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 265 998,87 €	1 938 662,68 €
Resultado líquido do período	1 130 877,30 €	1 877 124,53 €

**ESTRUTURA DA DÍVIDA BRUTA**

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 12.474.756,30 € líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado:

## ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DO GRUPO MUNICIPAL

DESIGNAÇÃO		VALOR	
<b>1</b>	<b>Média da Receita Corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos:</b>		<b>29 044 352,76</b>
	2019	27 985 378,28	
	2020	28 202 537,00	
	2021	30 945 143,00	
<b>2=(1) x 1,5</b>	<b>Limite da Dívida Total</b>	150%	<b>43 566 529,14</b>
<b>3=4+5+6+7</b>	<b>Dívida bruta do Grupo Municipal</b>		<b>10 539 699,59</b>
4	Passivo não corrente (Total)	4 928 443,95	(+)
5	Passivo não corrente (Provisões)	227 736,93	(-)
6	Passivo corrente (Total)	7 546 312,35	(+)
	Passivo corrente (Diferimentos)	34 794,98	(-)
	Saldo Final de Operações tesouraria	1 672 524,80	(-)
<b>7</b>	<b>Total da Dívida Bruta das Empresas Municipais</b>		<b>0,00</b>
	<b>Dívida Bruta das Associações de Municípios e Outras entidades</b>		
	(*) CIM DO AVE	189 824,32	17,8500%
	(**) AMAVE	46 155,94	16,2596%
<b>8</b>	<b>Total da Dívida Bruta das Associações de Municípios e outras entidades</b>		<b>41 388,41</b>
<b>9 =(3+7+8)</b>	<b>Total</b>		<b>10 581 088,00</b>
<b>10 = (2)-(9)</b>	<b>Margem para o limite legal da dívida total</b>		<b>32 985 441,14</b>
<b>11 = (2)/(10)</b>	<b>Margem para o limite Legal da (%)</b>		<b>132%</b>
<b>12 = (10) x 20%</b>	<b>Margem possível para aumento da dívida total em</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>20%</b>
			<b>6 597 088,23</b>
<b>13</b>	<b>Financiamentos obtidos Empréstimos contratados não refletidos em BLC</b>		<b>3 558 055,27</b>
<b>14 = 12-13</b>	<b>Margem efetivamente disponível para endividamento</b>		<b>3 039 032,96</b>

Assim, considerando que a empresa municipal está equilibrada, ou seja, têm resultados antes de impostos positivos, a sua dívida não releva para o apuramento formal da dívida total do Município embora estejam integradas no perímetro de consolidação e, por consequência, concorram para o nível de endividamento do Grupo Municipal.

Desta forma, o Município de Fafe apresenta uma situação financeira equilibrada uma vez que a dívida total não ultrapassa o limite legalmente estabelecido, 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

## INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

INDICADORES		2022	2021
<b>RENTABILIDADE</b>			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	1,0%	1,7%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	0,9%	1,5%
Rentabilidade Económica	EBITDA/Ativo	5,3%	5,7%
Rendibilidade operacional das vendas, serviços prestados e impostos e taxas	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	44,6%	59,8%
<b>ESTRUTURA FINANCEIRA</b>			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	922,5%	1044,2%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	0,90	0,91
Endividamento	Passivo/Ativo	9,8%	8,7%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/Gastos Financeiros	-1812,3%	-4126,3%
<b>LIQUIDEZ</b>			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	264,3%	324,7%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	262,0%	322,8%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	127,5%	151,1%

**Rentabilidade**, determinam em que medida os recursos postos à disposição da entidade são utilizados com eficiência, por forma a atingir os seus objetivos, desprezando o nível de endividamento.

A **Rentabilidade do Património Líquido**<sup>1</sup>, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como da relação entre gastos e rendimentos. O resultado deste rácio indica que no exercício de 2022, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à

<sup>1</sup> *Rendibilidade do capital próprio: Este rácio é também conhecido por ROE (Return On Equity). Este indicador mede a rentabilidade dos capitais próprios colocados à disposição do Grupo Municipal pelos seus "acionistas" (capital social + prémios + reservas). Se uma empresa obtém uma rentabilidade dos capitais próprios de 20% isso significa que ela obteve um lucro de 20 euros por cada 100 euros de capital próprio (investimento dos acionistas).*

disposição, com os gastos a serem menores que os rendimentos em cerca de 1,0 % do Património Líquido.

A **Rentabilidade Operacional do Ativo**, valoriza em termos percentuais o rendimento dos ativos do Grupo Município de Fafe, sem entrar em linha de conta com o impacto do financiamento. O resultado deste rácio no exercício de 2022, reflete os Resultados Operacionais positivos neste ano.

**Rendibilidade operacional das vendas e serviços prestados:** O rácio da rendibilidade operacional das vendas e serviços prestados traduz a parcela das vendas e prestações de serviços que concorre para a formação do EBITDA<sup>2</sup>.

**Autonomia Financeira:** Traduz a percentagem do ativo que está a ser financiada pelos capitais próprios. Varia entre 0 e 1 (se o capital próprio for negativo este rácio também apresentará valores inferiores a 0). O indicador do ano em análise, demonstra que os ativos do grupo Município de Fafe conseguiria, em caso de liquidação, cobrir a totalidade das responsabilidades.

**Endividamento:** Endividamento evidencia o peso que o Passivo tem no total do Ativo do Município, sendo que aqui o Passivo é entendido não só como o valor das dívidas a terceiros bem como os acréscimo e diferimentos, que como anteriormente referido não se tratam valores exigíveis por entidades terceiras, mas somente o cumprimento do princípio contabilístico da especialização do exercício. O valor deste rácio revela o fraco peso dos capitais alheios, no total do Ativo. O rácio de endividamento é um indicador que procura avaliar o risco de não cumprimento do serviço de dívida por parte da entidade. Varia entre 0 e 1 (se o capital próprio for negativo este rácio também apresentará valores superiores a 1).

O **Índice de Solvabilidade**<sup>3</sup> indica a capacidade que a entidade tem, para com o ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 922,5% traduz uma baixa dependência

---

<sup>2</sup> O EBITDA em percentagem do volume de negócios é uma medida da rendibilidade da empresa mas também da capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional. Representa o ganho obtido por cada unidade monetária vendida.

Quanto maior o indicador mais rentável é a entidade. Se o indicador for < 1 significa que a estrutura de gastos operacionais (política de preços, utilização dos fatores de produção, ...) não é rentável para a entidade.

relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros. Para os analistas de risco, nomeadamente das Instituições Financeiras, quanto mais elevado for este rácio, maior será a estabilidade financeira da entidade. Pelo contrário, quanto mais baixo for o valor apresentado pelo rácio, maior será a vulnerabilidade da entidade. Uma entidade está solvente quando o seu capital próprio garante a liquidação do seu passivo (solvabilidade  $\geq 1$ ). Quando a solvabilidade é  $< 1$  significa que o capital próprio da entidade não assegura a total cobertura do passivo. A insolvência traduz a incapacidade da entidade em fazer face às suas responsabilidades correntes.

A **regra do equilíbrio financeiro** aconselha que a Liquidez Geral<sup>4</sup>, em percentagem, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproximam situações de dificuldades ao nível da tesouraria. Este rácio é mais um indicador que traduz a regra do equilíbrio financeiro mínimo (indicador “cobertura dos ativos não correntes”), pelo que deve assumir um valor superior a 1 (ou 100%). Caso o rácio seja inferior à unidade, então o valor dos passivos com exigibilidade a curto prazo é superior ao valor dos ativos correntes (inventários, dívidas de clientes e meios financeiros líquidos), o que equivale à existência de ativos não correntes (ativos fixos tangíveis e intangíveis) financiados por capitais alheios correntes. Nestas circunstâncias, a entidade encontra-se numa situação de desequilíbrio financeiro e poderá ter problemas de liquidez a curto prazo (risco de rutura de tesouraria). De sublinhar que um rácio de liquidez geral superior a 1 não é sinónimo de inexistência de problemas de liquidez! É necessário ter em conta que as rubricas do ativo comportam diferentes níveis de liquidez (os meios financeiros líquidos são pela própria natureza ativos líquidos, mas o mesmo não é possível dizer sobre os inventários e os clientes) e fundamental garantir a fiabilidade e qualidade da informação (ex: efetivo reconhecimento de eventuais imparidades de inventários e clientes).

---

<sup>3</sup> *Solvabilidade: O rácio de solvabilidade traduz a capacidade da entidade expressa pelos capitais próprios para solver os seus compromissos expressos no passivo, ou seja, o seu endividamento.*

<sup>4</sup> *Liquidez geral: O rácio da liquidez geral traduz o grau em que o passivo corrente (até 12 meses) está coberto pelo ativo corrente, ou seja, por ativos que se espera possam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos no mesmo período de tempo que corresponde ao vencimento da dívida (passivo).*

Assim, o Grupo Municipal de Fafe encontrava-se bem acima desse valor, alcançando-se os 264,3%. É utilizado pela generalidade das Instituições Financeiras na análise do risco das entidades, e não pretende mais do que traduzir a sua liquidez – capacidade de cumprir as responsabilidades exigíveis a curto prazo.

**Liquidez reduzida:** O rácio da liquidez reduzida exclui do numerador os ativos correntes com menor grau de liquidez (Inventários) e traduz a capacidade da entidade para solver os seus compromissos de curto prazo através da transformação dos ativos correntes em meios monetários. Quando este rácio é superior a 1 significa que mais de 100% das responsabilidades de curto prazo podem ser satisfeitas com os meios financeiros líquidos que a entidade dispõem (caixa, depósitos e cobranças de curto prazo).

A **Liquidez Imediata** mede a existência no momento, de dificuldades de tesouraria. O Grupo Município tinha em disponibilidades cerca de 127,5%, do total das dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor a amortizar em 2022 de empréstimos de Médio e Longo Prazo, os acréscimos de custos e restantes dívidas a terceiros. Isto traduz o cumprimento por larga margem do preceito legal, que obriga o Grupo Município de Fafe a ter em Disponibilidades para liquidar de imediato o total de cauções retidas em dinheiro a terceiros e operações de tesouraria, cujo valor em 31-12-2022 era de 1.672.524,80 €.

Pela análise dos rácios supracitados, podemos concluir que o Município tem uma situação económico -financeira equilibrada e estável, com capacidade para financiar 90,0% do seu ativo com recurso ao património líquido.

Grupo Município de Fafe possuía a 31-12-2022 uma elevada liquidez de tesouraria, uma posição financeira sólida, derivada de um elevado grau de Autonomia face a credores, conjugado com um forte peso do ativo fixo e uma situação económica, em que os rendimentos operacionais excedem os gastos operacionais. No global os rendimentos continuam superiores aos gastos, traduzindo-se num Resultado Líquido positivo de 1.130.877,30 €, no entanto, representa uma diminuição de 40% se comparando com o exercício anterior (-746.247,23€).

## V- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

De salientar que não se registam acontecimentos suscetíveis de alterar as demonstrações financeiras de 2022 no que concerne ao COVID-19, pois esta deixou de ser emergência global, de acordo com a comunicação recente da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, com a exceção da permanência da invasão da Ucrânia pela Rússia, bem como da subida da taxa de inflação.

Outro facto relevante, a situação de Portugal em seca severa em quase 80% do território de Portugal continental, provocado por onda de calor que ocorre desde a primeira quinzena de Abril do ano corrente, em consequências das alterações climáticas. Como em sabido, a falta de água é considerada uma catástrofe natural a nível mundial e, tem consequências graves para a **saúde, a alimentação, a economia, energia hidroelétrica, ambiente e a agricultura.**

Esta situação entre a seca severa e a seca extrema, já se tinha verificado em 2022, mas que, terá tendência para agravar-se, o que poderá ter impacto financeiro nos orçamentos do Município e Empresa Municipal.

## VI- CONTABILIDADE DE GESTÃO

O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, uma vez que ainda não se encontra implementada no Município de Fafe, não cumprindo com a referida norma com toda a extensão e plenitude. Para além disso, as entidades do grupo autárquico não tem implementado um sistema de contabilidade de gestão.

Conforme disposto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações específicas (a) Por cada atividade, indicando os

custos diretos e indiretos, o custo por funcionário, as receitas imputadas, quando aplicável, e os resultados económicos; (b) Por cada centro de custos, indicando o custo por projeto e respetivos rendimentos (financiamentos, contratos de prestação de serviços); (c) Por cada serviço prestado, incluindo custos diretos e indiretos e os respetivos rendimentos e resultados económicos.

Conforme se refere anteriormente, a contabilidade de gestão ainda não se encontra implementada no Município de Fafe, não sendo possível apresentar as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria, pois não foi possível apuramento dos custos alocados às funções (atividades) levadas a cabo pelo Município. O Município iniciou do final do exercício, através da contratação de serviços externos especializados nesta matéria, para implementar a partir de 2023, conforme se descreve através da nota 22 – Contabilidade de Gestão, anexo às demonstrações financeiras.

A preparação e a criação das condições necessárias na concretização são fundamentais. Por outro lado, importa sublinhar que a implementação da contabilidade de custos tem especial relevo nas unidades operacionais, que estão na linha da frente na execução das atividades municipais e que, obriga a monitorização das atividades através da ficha de obra e conseqüentemente com o apuramento dos custos e proveitos por funções, o que já se iniciou em 2023.

Concluindo, a contabilidade de gestão/ de custos é um processo complexo na sua implementação por ser transversal a toda a organização, no apuramento de custos com as atividades municipais, no exercício de competências definidas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. É sem dúvida um grande desafio, que exige esforços de toda a organização, a começar por uma mudança do paradigma da gestão dos dinheiros público.

Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão ainda se encontrar em fase de implementação não é possível ao Município de Fafe apresentar as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria. De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.

Fafe, 05 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Fafe

|Antero da Silva Oliveira Barbosa Fernandes|

2

# DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

2022

**CONSOLIDADO**

Grupo Municipal de Fafe

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>7 202 387,36</b>	<b>2 489 918,29</b>				
	Operações orçamentais [1]	5 606 258,81	906 655,35				
	Restituição do saldo oper. orçamentais						
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
	Operações de tesouraria [A]	1 596 128,55	1 583 262,94				
	<b>Receita corrente</b>	<b>33 534 689,80</b>	<b>30 945 142,99</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>27 142 837,89</b>	<b>23 462 990,20</b>
R1	Receita fiscal	8 197 069,07	8 023 508,09	D1	Despesas com o pessoal	11 460 393,99	10 470 985,09
R11	Impostos diretos	8 197 051,07	8 023 386,09	D11	Remunerações Certas e Permanentes	8 778 523,35	7 976 749,44
R12	Impostos indiretos	18,00	122,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	194 688,36	169 153,02
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D13	Segurança social	2 487 182,28	2 325 082,63
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 198 670,54	1 007 620,02	D2	Aquisição de bens e serviços	9 013 640,53	7 177 359,85
R4	Rendimentos de propriedade	420 234,61	343 256,38	D3	Juros e outros encargos	65 108,10	53 471,81
R5	Transferências e subsídios correntes	20 704 887,82	18 051 109,94	D4	Transferências e subsídios correntes	5 909 845,49	5 328 333,38
R51	Transferências correntes	20 679 405,46	18 025 627,58	D41	Transferências correntes	5 909 845,49	5 328 333,38
R511	Administrações Públicas	20 311 127,04	17 748 960,84	D411	Administrações Públicas	2 997 083,34	2 499 972,98
R5111	Administração Central - Estado Português	20 183 777,06	17 556 358,89	D4111	Administração Central - Estado Português		
R5112	Administração Central - Outras entidades	127 349,98	71 546,16	D4112	Administração Central - Outras entidades		
R5113	Segurança Social			D4113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional			D4114	Administração Regional		
R5115	Administração Local		121 055,79	D4115	Administração Local	2 997 083,34	2 499 972,98
R512	Exterior - U E			D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 183 957,30	1 976 620,38
R513	Outras	368 278,42	276 666,74	D413	Famílias	728 804,85	851 740,02
R52	Subsídios correntes	25 482,36	25 482,36	D414	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	2 955 811,52	3 435 300,58	D42	Subsídios Correntes		
R7	Outras receitas correntes	58 016,24	84 347,98	D5	Outras despesas correntes	693 849,78	432 840,07
	<b>Receita de capital</b>	<b>4 730 737,11</b>	<b>8 512 057,78</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>9 823 996,92</b>	<b>11 018 259,17</b>
R8	Venda de bens de investimento	472 596,51	6 694,09	D6	Aquisição de bens de capital	6 851 283,55	8 328 033,09
R9	Transferências e subsídios de capital	4 253 542,59	8 497 406,80	D7	Transferências e subsídios de capital	2 972 713,37	2 690 226,08
R91	Transferências de capital	4 253 542,59	8 497 406,80	D71	Transferências de capital	2 972 713,37	2 690 226,08
R911	Administrações Públicas	4 253 542,59	8 497 406,80	D711	Administrações Públicas	2 070 243,38	2 177 586,88
R9111	Administração Central - Estado Português	4 161 800,67	8 434 686,80	D7111	Administração Central - Estado Português		
R9112	Administração Central - Outras entidades	50 000,00	62 720,00	D7112	Administração Central - Outras entidades		
R9113	Segurança Social			D7113	Segurança Social		
R9114	Administração Regional			D7114	Administração Regional		
R9115	Administração Local	41 741,92		D7115	Administração Local	2 070 243,38	2 177 586,88
R912	Exterior - U E			D712	Entidades do Setor não Lucrativo	845 646,48	430 837,65
R913	Outras			D713	Famílias	56 823,51	81 801,55
R92	Subsídios de capital			D714	Outras		
R10	Outras receitas de capital	4 598,01	7 956,89	D72	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	81 154,55	1 613,08	D8	Outras despesas de capital		
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>38 346 581,46</b>	<b>39 458 813,85</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>36 966 834,81</b>	<b>34 481 249,37</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>641 944,73</b>	<b>435 997,33</b>		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>611 016,75</b>	<b>713 958,35</b>
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		44 447,00
R13	Receita com passivos financeiros	641 944,73	435 997,33	D10	Despesa com passivos financeiros	611 016,75	669 511,35
	<b>Soma [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>44 594 785,00</b>	<b>40 801 466,53</b>		<b>Soma [7] = [5] + [6]</b>	<b>37 577 851,56</b>	<b>35 195 207,72</b>
	Operações de tesouraria [8]	373 982,00	508 260,91		<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>297 585,75</b>	<b>495 395,30</b>
					<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>8 689 458,24</b>	<b>7 202 387,36</b>
					Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	7 016 933,44	5 606 258,81
					Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	1 672 524,80	1 596 128,55
					<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>1 379 746,65</b>	<b>4 977 564,48</b>
					Despesa primária	36 966 834,81	34 436 802,37
					Saldo corrente	6 391 851,91	7 482 152,79
					Saldo de capital	-5 093 259,81	-2 506 201,39
					Saldo primário	1 379 746,65	4 977 564,48
					Receita total [1] + [2] + [3]	44 594 785,00	40 801 466,53
					Despesa total [5] + [6]	37 577 851,56	35 195 207,72

*Nota- Os valores constantes no mapa referem-se apenas ao Município de Fafe, uma vez que a entidade participada "Aguas de Fafe, E.M." não é uma entidade pública reclassificada e por isso não elabora demonstrações orçamentais e está excluída do perímetro de consolidação orçamental.*

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

Rubrica	Liquidações	2022	2021	Rubrica	Obrigações	2022	2021
<b>Receita corrente</b>				<b>Despesa corrente</b>			
		<b>1 450 845,55</b>	<b>820 873,78</b>			<b>355 069,35</b>	<b>246 950,67</b>
R1	Receita fiscal	0,00	1 814,00	D1	Despesas com o pessoal	264 107,46	242 224,98
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	121 004,23	113 151,33
R12	Impostos indiretos	796,00	1 814,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 212,48	2 174,23
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	140 890,75	126 899,42
R3	Taxas, multas e outras penalidades	276 068,66	131 807,72	D2	Aquisição de bens e serviços	78 361,89	4 638,69
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	52 695,62	18 417,17	D4	Transferências e subsídios correntes	12 600,00	87,00
R51	Transferências correntes	52 695,62	18 417,17	D41	Transferências correntes	12 600,00	87,00
R511	Administrações Públicas	13 292,41	0,00	D411	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5111	Administração Central - Estado Português	13 292,41	0,00	D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	D4115	Administração Local	0,00	0,00
R512	Exterior - U E	0,00	0,00	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	12 600,00	
R513	Outras	39 403,21	18 417,17	D413	Famílias	0,00	87,00
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D414	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 116 146,82	663 021,99	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	5 138,45	5 812,90	D5	Outras despesas correntes	0,00	
<b>Receita de capital</b>		<b>43 199,42</b>	<b>11 686,18</b>	<b>Despesa de capital</b>		<b>0,00</b>	<b>40 000,00</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	0,00	40 000,00
R9	Transferências e subsídios de capital	31 513,24	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R91	Transferências de capital	31 513,24	0,00	D71	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administrações Públicas	0,00	0,00	D711	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	0,00
R913	Outras	0,00	0,00	D713	Famílias	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D714	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	2 006,15	2 006,15	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	9 680,03	9 680,03	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
<b>Receita efetiva [1]</b>		<b>1 494 044,97</b>	<b>832 559,96</b>	<b>Despesa efetiva [3]</b>			
<b>Receita não efetiva [2]</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa não efetiva [4]</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
<b>RECEITA TOTAL 3=1+2</b>		<b>1 494 044,97</b>	<b>832 559,96</b>	<b>DESPEZA TOTAL = 5=3+4</b>		<b>355 069,35</b>	<b>286 950,67</b>

*Nota – Os valores constantes no mapa referem-se apenas ao Município de Fafe, uma vez que a entidade participada “Águas de Fafe, E.M.” não é uma entidade pública reclassificada e por isso não elabora demonstrações orçamentais e está excluída do perímetro de consolidação orçamental.*

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

**2022**

---

**CONSOLIDADO**

Grupo Municipal de Fafe

---

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

**BALANÇO CONSOLIDADO**

Rubricas	Notas	Balanco Consolidado	
		2022	Reexpresso 2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>		<b>107 609 875,39 €</b>	<b>105 822 128,70 €</b>
Ativos fixos tangíveis	5	104 208 720,12 €	102 486 530,71 €
Ativos intangíveis	3	81 817,94 €	16 614,78 €
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	18	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - outros métodos	18.1	3 318 646,50 €	3 318 646,50 €
Cientes, contribuintes e utentes		690,83 €	336,71 €
<b>Ativo corrente</b>		<b>19 941 232,60 €</b>	<b>16 684 245,49 €</b>
Inventários	10	170 082,55 €	96 342,94 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		44 805,65 €	0,00 €
Cientes, contribuintes e utentes	18.1	170 623,06 €	494 592,72 €
Estado e outros entes públicos	18.1	78 018,09 €	18 178,49 €
Outras contas a receber	18.1	6 785 854,65 €	7 287 196,34 €
Diferimentos	18.1	3 070 722,16 €	1 024 130,53 €
Caixa e depósitos	18.1	9 621 126,44 €	7 763 804,47 €
<b>Total Ativo</b>		<b>127 551 107,99 €</b>	<b>122 506 374,19 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido	18.2	<b>115 076 351,69 €</b>	<b>111 800 079,07 €</b>
Património/Capital		68 719 599,61 €	68 719 599,61 €
Reservas		1 513 812,66 €	1 418 152,98 €
Outras reservas		52 243,99 €	0,00 €
Resultados transitados		-4 471 187,76 €	-6 177 373,18 €
Outras variações no património líquido		48 131 005,89 €	45 962 575,13 €
Resultado líquido do período	23	<b>1 130 877,30 €</b>	1 877 124,53 €
<b>Total Património Líquido</b>		<b>115 076 351,69 €</b>	<b>111 800 079,07 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>	18.3	<b>4 928 443,95 €</b>	<b>5 567 164,74 €</b>
Provisões	15	227 736,93 €	907 850,40 €
Financiamentos obtidos	18.3	3 112 190,79 €	3 081 772,35 €
Diferimento		356 293,60 €	375 045,89 €
Outras contas a pagar	18.3	1 232 222,63 €	1 202 496,10 €
<b>Passivo corrente</b>		<b>7 546 312,35 €</b>	<b>5 139 130,38 €</b>
Fornecedores	18.3	909 193,13 €	480 304,91 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.3	22 362,95 €	22 362,95 €
Estado e outros entes públicos	18.3	361 202,14 €	320 999,40 €
Financiamentos obtidos	7	611 559,80 €	611 050,26 €
Fornecedores de investimentos	18.3	68 933,94 €	0,00 €
Outras contas a pagar	18.3	5 538 265,41 €	3 670 659,94 €
Diferimentos		34 794,98 €	33 752,92 €
<b>Total Passivo</b>		<b>12 474 756,30 €</b>	<b>10 706 295,12 €</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>127 551 107,99 €</b>	<b>122 506 374,19 €</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO**

Rubricas	Notas	DR - CONSOLIDADO	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	13	10 280 763,07 €	9 294 770,41 €
Vendas	13	1 507 050,69 €	- €
Prestações de serviços e concessões	13	3 434 087,82 €	2 422 986,21 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	20 205 072,65 €	17 938 962,10 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18	0,00 €	- €
Trabalhos para a própria entidade	-	0,00 €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 356 568,22 €	180 221,66 €
Fornecimentos e serviços externos	21	-9 484 862,13 €	7 696 700,67 €
Gastos com pessoal	19	-12 157 763,15 €	10 699 023,23 €
Transferências e subsídios concedidos	21	-8 902 959,57 €	8 026 415,69 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-238 436,61 €	62 326,40 €
Aumentos/redução do justo valor		18,25 €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	15	291 738,47 €	187 162,73 €
Outros rendimentos	13;14;21	4 442 336,48 €	4 181 269,75 €
Outros gastos	21	-1 236 294,92 €	351 446,49 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>6 784 182,83 €</b>	<b>7 009 017,06 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	4;5	-5 518 183,96 €	5 070 354,38 €
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>		<b>1 265 998,87 €</b>	<b>1 938 662,68 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13	24 347,35 €	944,59 €
Juros e gastos similares suportados	21	-69 857,26 €	46 982,64 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 220 488,96 €</b>	<b>1 892 624,63 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-89 611,66 €	15 500,10 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>23</b>	<b>1 130 877,30 €</b>	<b>1 877 124,53 €</b>

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - 2022

Demonstração individual das alterações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022

Designação	Notas	Demonstração das alterações no patrimônio líquido											Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido	
		Patrimônio/ Capital	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b> (Saldo inicial de cada conta) [1]		68 719 599,61	0,00	0,00	0,00	1 418 152,98	0,00	-6 177 373,18	0,00	0,00	45 962 575,13	1 877 124,53	111 800 079,07	0,00	111 800 079,07
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 604 513,32	0,00	3 604 513,32	0,00	3 604 513,32
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	95 659,68	52 243,99	1 706 185,42	0,00	0,00	-1 436 082,56	-1 877 124,53	-1 459 118,00	0,00	-1 459 118,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
[2]		0,00	0,00	0,00	0,00	95 659,68	52 243,99	1 706 185,42	0,00	0,00	2 168 430,76	-1 877 124,53	2 145 395,32	0,00	2 145 395,32
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> [3]												1 130 877,30	1 130 877,30	0,00	1 130 877,30
<b>RESULTADO INTEGRAL</b> [4]=-[2]-[3]												-746 247,23	3 276 272,62	0,00	3 276 272,62
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
[5]															
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b> [6]=-[1]+[2]-[3]+[5]		68 719 599,61	0,00	0,00	0,00	1 513 812,66	52 243,99	-4 471 187,76	0,00	0,00	48 131 005,89	1 130 877,30	115 076 351,69	0,00	115 076 351,69

Demonstração individual das alterações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021

Designação	Notas	Demonstração das alterações no patrimônio líquido											Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido	
		Patrimônio/ Capital	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b> (Saldo inicial de cada conta) [1]		68 719 599,61	0,00	0,00	0,00	1 390 842,72	0,00	-10 037 369,04	0,00	0,00	36 267 536,33	546 205,23	96 886 814,85	0,00	96 886 814,85
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 119 026,55	0,00	9 119 026,55	0,00	9 119 026,55
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	27 310,26	0,00	580 334,46	0,00	0,00	-1 555 914,44	-546 205,23	-1 494 474,95	0,00	-1 494 474,95
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 279 661,40	0,00	0,00	2 131 926,69	0,00	5 411 588,09	0,00	5 411 588,09
[2]		0,00	0,00	0,00	0,00	27 310,26	0,00	3 859 995,86	0,00	0,00	9 695 038,80	-546 205,23	13 036 139,69	0,00	13 036 139,69
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> [3]												1 877 124,53	1 877 124,53	0,00	1 877 124,53
<b>RESULTADO INTEGRAL</b> [4]=-[2]-[3]												1 330 919,30	14 913 264,22	0,00	14 913 264,22
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
[5]															
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b> [6]=-[1]+[2]-[3]+[5]		68 719 599,61	0,00	0,00	0,00	1 418 152,98	0,00	-6 177 373,18	0,00	0,00	45 962 575,13	1 877 124,53	111 800 079,07	0,00	111 800 079,07

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DE FLUXOS DE CAIXA**

Rubricas	Notas	DFC Consolidado	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		5 210 068,73 €	1 778 537,83 €
Recebimentos de contribuintes		8 197 069,07 €	8 023 508,09 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		20 673 213,27 €	17 988 542,92 €
Recebimentos de utentes		1 198 670,54 €	1 007 620,02 €
Pagamentos a fornecedores		-11 146 645,34 €	-7 412 417,67 €
Pagamentos ao pessoal		-11 860 161,35 €	-10 591 808,43 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-8 882 558,86 €	-8 018 559,46 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>3 389 656,06 €</b>	<b>2 775 423,30 €</b>
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		-18 958,93 €	-123,65 €
Outros recebimentos/pagamentos		-140 372,78 €	-199 203,92 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>3 230 324,35 €</b>	<b>2 576 095,73 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-6 934 749,59 €	-8 243 297,19 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-184 327,77 €	-102 368,15 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-1 115,91 €	-336,71 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		1 539 404,63 €	2 841 372,24 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		761,79 €	435 997,33 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		1 091,05 €	361,67 €
Recebimentos - Transferências de capital		4 253 542,59 €	8 497 406,80 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-1 325 393,21 €</b>	<b>3 429 135,99 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		641 944,73 €	582,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		23 256,30 €	-669 511,35 €
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-647 702,10 €	-62 417,11 €
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-65 108,10 €	0,00 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-47 609,17 €</b>	<b>-731 345,54 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		7 763 804,47 €	2 489 918,29 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	9 621 126,44 €	7 763 804,47 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		7 763 804,47 €	2 489 918,29 €
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>		<b>7 763 804,47 €</b>	<b>2 489 918,29 €</b>
SGA De execução orçamental		6 167 675,92 €	906 955,35 €
SGA De operações de tesouraria		1 596 128,55 €	1 583 262,94 €
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>9 621 126,44 €</b>	<b>7 763 804,47 €</b>
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>		<b>9 621 126,44 €</b>	<b>7 763 804,47 €</b>
SGS De execução orçamental		7 948 601,64 €	6 167 675,92 €
SGS De operações de tesouraria		1 672 524,80 €	1 596 128,55 €

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



**Anexo às Demonstrações  
Financeiras**

**2022**

**CONSOLIDADO**

Grupo Municipal de Fafe

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



## 4. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

O Município de Fafe apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

### NOTA 1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

#### 1.1 Identificação da entidade consolidante e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal de Fafe (MF) foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas de consolidação de contas para a Administração Pública, nomeadamente a NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

O grupo municipal é composto pelo Município de Fafe (MF) e pelas participadas nas quais o MF detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método de equivalência patrimonial).

#### Quadro 1.1 A - Entidades incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Município de Fafe	Avenida 5 de Outubro 4824-501 Fafe		Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)	
AF- Águas de Fafe, E.M	Largo 1.º de Dezembro - 4820-141 Fafe	100%	Entidade com capital detido a 100% pelo Município de Fafe nos termos 100% do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI e da NCP 22.	

**Quadro 1.1 B - Entidades participadas excluídas da consolidação**

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Águas do Norte S.A	Avenida Osnabruck, 29 5000-427 Vila Real	2,19%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Rua Gregório Lopes, lote 1514, R/Ch - 1400-195 Lisboa	0,21%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

**1.2 Método de Consolidação**

Aplicar-se-á o método de consolidação integral, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por uma entidade detida a 100% pela entidade mãe.

A entidade mãe (Município de Fafe) é a entidade responsável pela apresentação das demonstrações financeiras. Sendo ela que efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que a empresa AF- Águas de Fafe, E.M utiliza uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Todas as operações recíprocas foram eliminadas.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente a NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

Porém, importará ressaltar que o presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, uma vez que ainda não se encontra implementada no Município de Fafe a contabilidade de gestão, não cumprindo com a referida norma em toda a sua extensão e

plenitude. Para além disso, as entidades do grupo autárquico não têm implementado um sistema de contabilidade de gestão.

Quanto à consolidação orçamental, importa referir que as demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas respeitam apenas ao Município de Fafe, uma vez que a empresa participada “Águas de Fafe, E.M.” não é uma entidade pública reclassificada e por isso é excluída do perímetro de consolidação orçamental.

### **1.3 Referencial Contabilístico e demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Município de Fafe, relativas ao exercício de 2022, reportado a 31 de dezembro, foram elaboradas nos termos da Lei anteriormente citada e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa.

O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

Os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados a 31/12/2022 são comparáveis com os valores a 31/12/2021, ainda a que empresa municipal AF-Águas de Fafe, E.M fosse constituída em 01 de julho de 2021 e iniciada a sua atividade em 11 de setembro de 2021.

## **NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **2.1. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras Consolidadas (DF) foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As DF apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Municipal de Fafe. Representam de forma fiel os efeitos das

transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos conforme a estrutura conceptual das NCP.

## 2.2. Aplicação inicial de uma NCP

Não se verifica nenhuma alteração materialmente relevante decorrente da aplicação das Normas Contabilísticas Públicas.

## 2.3. Principais alterações contabilísticas, alterações em estimativas Contabilísticas e Erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais alterações verificadas em anos anteriores ao exercício em análise, consta do Relatório & Contas individuais do Município de Fafe.

### - Regularizações com reexpressão dos comparativos 2021:

No ano 2020 de transição para o SNC-AP, ocorreu um lapso na atualização da vida útil do bem 16005 – Recuperação do Cineteatro de Fafe (o bem ficou com vida útil de 1,4167 anos). Este erro foi detetado na prestação de contas de 2021 e em 2022 procedeu-se à correção da vida útil e também à retificação para os 50 anos que deviam constar desde 2002 (data de aquisição). Dado que o bem n.º 16005 tem ainda em financiamento associado

– Financiamento 1/2010, foi também necessário proceder à regularização das suas amortizações e proveitos diferidos.

Outra situação detetada em 2022: No ano 2020 de transição para o SNC-AP, ocorreu um erro na versão inicial da aplicação da Medidata - Património, ocorrendo um "BUG" na regularização da vida útil de alguns bens. Estes bens em 2021 não sofreram amortizações por esse motivo. Em 2022, efetuaram-se as regularizações/correções dos bens em causa (nota de lançamento 1969 e 1971).

Assim, os edifícios e para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2020 é que foram utilizadas as vidas uteis constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC- AP, em conformidade com a Portaria n.º 186/2016, de 14 de julho, com as devidas adaptações ao ano de adoção do SNC-AP pela primeira vez. A alteração da vida útil do edifício anteriormente contabilizada, passou nos termos da legislação em vigor a ser de 50 anos tendo existido necessidade de se proceder ao seu ajustamento com um impacto na nas depreciações de anos anteriores devidamente compensado na rubrica de capital “56.4 – Ajustamentos de transição contabilística”, **de forma a não afetar os resultados tal como previsto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 192/2015.**

- Regularização de depreciações de anos anteriores - consolidado:

Ativos Fixos Tangíveis	NTL	Movimentos com regularizações da vida útil CC - Edifícios (2020) - Transição POCAL /SNC-AP			Depreciações do período (2022) CONTA 64	Total
		D	C	Total		
		[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]= [3] - [4]
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>		0,00 €	1 790 695,68 €	1 790 695,68 €	2 480 516,72 €	-689 821,04 €
Terrenos e recursos naturais		- €	- €	0,00 €		0,00 €
Edifícios e outras construções		- €	- €	0,00 €	328 638,89 €	-328 638,89 €
Infraestruturas	1971;1969	- €	1 790 695,68 €	1 790 695,68 €	2 143 394,42 €	-352 698,74 €
Património histórico, artístico e cultural				0,00 €	8 483,41 €	-8 483,41 €
Outros						
Bens de domínio público em curso						
<b>Ativos fixos em concessão</b>				0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais					0,00 €	
Edifícios e outras construções					0,00 €	
Infraestruturas					0,00 €	
Património histórico, artístico e cultural					0,00 €	
Ativos fixos em concessão em curso					0,00 €	
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>		0,00 €	3 620 892,41 €	3 620 892,41 €	2 911 503,34 €	709 389,07 €
Terrenos e recursos naturais		- €	- €	0,00 €	13 905,88 €	-13 905,88 €
Edifícios e outras construções (3)	1972	- €	3 620 892,41 €	3 620 892,41 €	1 966 160,62 €	1 654 731,79 €
Equipamento básico		- €	0,00 €	0,00 €	342 077,63 €	-342 077,63 €
Equipamento de transporte				0,00 €	251 119,44 €	-251 119,44 €
Equipamento administrativo			0,00 €	0,00 €	196 628,21 €	-196 628,21 €
Equipamentos biológicos			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros			0,00 €	0,00 €	141 611,56 €	-141 611,56 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
<b>TOTAL</b>		<b>0,00 €</b>	<b>5 411 588,09 €</b>	<b>5 411 588,09 €</b>	<b>5 392 020,06 €</b>	<b>19 568,03 €</b>

(1)NOTA DE LANÇAMENTO 1969 E 1971 RETIFICAÇÃO DE BUG DE DIVERSOS BENS - 1 697 768,70 € (D) - 43.8.0.3.1

(2)TROCA DE CONTA 64 A CORRIGIR EM 2023 E REFLETIDA NA CONTA 43.8.0.4.9 NO VALOR DE 8483,41€

(3)NOTA DE LANÇAMENTO 1972 RETIFICAÇÃO DO BEM 16005 CINETEATRO NA CONTA 43.8.2.3.1 NO VALOR DE 3620892,41€

(4)TROCA DE CONTA 64 A CORRIGIR EM 2023 E REFLETIDA NA CONTA 43.8.3.9 NO VALOR DE 1758,69€

(5)TROCA DE CONTA 64 A CORRIGIR EM 2023 E REFLETIDA NA CONTA 43.8.7.9 NO VALOR DE -10 020,19€

- Reexpressão dos comparativos 2021:

O Balanço consolidado foi reajustado com o quadro anterior, nomeadamente com a reexpressão das contas em 2021 na sequência dos ajustamentos efetuados da vida útil dos edifícios e outras construções. Os efeitos das alterações sintetizam-se no seguinte quadro:

Rubricas	Saldo 31-12-2021 (Reexpresso)	Saldo 31-12-2021 (Contas aprovadas)	Variação
<b>Balanço - Ativo</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	102 486 530,71 €	97.074.942,62 €	+5 411 588,09 €
<b>Balanço – Património Líquido</b>			
Resultados Transitados	-6 177 373,18 €	-9 457 034,58 €	+3 279 661,40 €
Outras Variações no Património Líquido	45 962 575,13 €	43 830 648,44 €	+2 131 926,69 €

Com a regularização de depreciações de anos anteriores, em continuidade a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, foi atualizada a vida útil dos ativos fixos tangíveis-edifícios e outras construções de acordo com o CC2, originando alterações no valor das depreciações e na imputação dos subsídios ao investimento respetivo.

#### **- Valores de caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários do Grupo municipal de Fafe.

Em 31 de dezembro de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes apresenta-se conforme o seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Caixa	2 061,96	5 461,81
Depósitos à ordem	8 368 373,14	6 555 510,71
Deposito garantia e cauções	1 250 691,34	1 202 831,95
<b>Tota de Caixa Depósitos</b>	<b>9 621 126,44</b>	<b>7 763 804,47</b>

#### **- Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos

ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado, em regime de duodécimos.

- Vida Útil do Ativo Fixo Tangível:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As grandes reparações conhecidas pelo custo das obras a realizar, mas também pelo acréscimo de vida útil ou de produtividade dos bens de investimento em causa são contabilizadas como ativo. Como exemplo, quando falamos em edifícios, considera-se “grandes reparações” as obras que impliquem alteração das plantas dos imóveis e que aumentem o seu tempo de vida útil. No caso dos bens móveis, como por exemplo as viaturas automóveis e outro equipamento de transporte com características semelhantes, considera-se “grande reparação” a que implica um aumento da quantia registada do bem em mais de 30 %.

Os edifícios classificados como património histórico, artístico e cultural, não estão totalmente a ser depreciados, por não ser possível a sua mensuração com fiabilidade.

O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis que resultem de alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza, nas rubricas de “Outros gastos” ou “Outros Rendimentos”, consoante a Município de Fafe tenha obtido mais ou menos-valia com este tipo de acontecimentos económicos.

Os **Investimentos em Curso** consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser

depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operarem de forma pretendida.

No SNC-AP, a sua estrutura concetual define ativo como recurso presentemente controlado pela entidade pública como resultado de um evento passado, acrescentado no parágrafo 89 que um recurso é um item que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros.

Reconhece-se dificuldades inventariação completa e eficaz dos bens imóveis do domínio público configura uma necessidade premente para a boa gestão do património imobiliário público do Município de Fafe. A falta de informação documental para justificar o lançamento de bens do domínio público municipal, tem-se arrastado ao longo de alguns anos, associado a falta de recursos humanos com capacitação para efetuar uma profunda e rigorosa avaliação do património municipal. Em suma, as preocupações e dificuldades com o reconhecimento e mensuração do património público que já existiam antes e após POCAL, continuam com à data da implementação do SNC-AP.

Nos casos de direito de uso de um ativo numa transação sem contraprestação, tal como acontece por exemplo, quando bem é cedido a título gratuito, em regime de comodato ou semelhante por um determinado período de anos a uma entidade não lucrativa, com o fim de permitir que essa entidade desenvolva a sua atividade, não obstante a utilização do ativo por parte de terceiros, o controlo mantém-se efetivamente no Município de Fafe, titular do direito de propriedade, que está apenas a escolher prosseguir as suas competências por intermédio de uma entidade terceira e não diretamente e deve continuar a ser reconhecido como um ativo do Município de Fafe.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o VPT para os imóveis e o custo do bem recebido ou na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos

#### **- Propriedades de investimento**

As Propriedades de Investimento são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

- Vida Útil das Propriedades de Investimento:

<b>Propriedade de Investimento</b>	<b>Vida Útil Estimada CC2</b>
Edifícios e outras construções	50 anos

Não foram identificados quaisquer imóveis que cumpram os requisitos para ser registados como Propriedades de Investimento.

- **Ativos intangíveis**

Analisando os bens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), foram alguns bens reclassificados para ativos intangíveis.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

- Vida Útil dos Ativos Intangíveis:

<b>Propriedade de Investimento</b>	<b>Vida Útil Estimada CC2</b>
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

- **Participações financeiras**

Os investimentos financeiros em outras entidades (que não sejam controladas ou associadas com influência significativa) foram mensurados ao custo de aquisição.

- **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

- **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O Grupo Municipal de Fafe analisa anualmente possíveis ativos e obrigações que decorram de eventos passados, com o objetivo de determinar se os mesmos devem ser divulgados ou reconhecidos.

Neste sentido, são reconhecidas provisões para liquidar obrigações presentes, fiavelmente mensuráveis, resultantes de um ou vários eventos passados, sendo provável que existirá um exfluxo de meios líquidos.

Consequentemente, as obrigações são mensuráveis pela quantia que o Grupo Municipal de Fafe estima necessária para as liquidar.

Relativamente aos ativos e passivos contingentes, estes apenas são divulgados quando seja provável a existência de um influxo ou exfluxo de recursos.

#### **- Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor (que é o seu valor nominal), sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. O efeito do custo amortizado no final do exercício é imaterial! A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber. A imparidade registada na contabilidade são essencialmente cobrança de resíduos sólidos, em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento.

**- Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

**- Benefícios aos Empregados**

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte.

Consequentemente, respeitando o regime do acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vence os respetivos direitos.

**- Subsídios de capital**

Com a adoção do SNC-AP, e aplicando supletivamente a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) nº 22 “Subsídios e outros apoios das entidades públicas”, os subsídios ao investimento não reembolsáveis devem ser reconhecidos no património líquido e imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as depreciações, tendo em consideração o grau de execução/realização da obra subjacente, caso contrário deveria ser registado em rendimentos a receber - diferimentos. Este tratamento contabilístico também é preconizado pela nota de enquadramento da conta 201 “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos” do SNC-AP.

### **NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, dispêndios com programas de computador e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

A norma dos ativos intangíveis (NPC 3) veio determinar o tratamento contabilístico a dar a este tipo de ativos, estipulando que não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível na fase da pesquisa, pois a entidade não pode demonstrar que esse ativo gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que o dispêndio em pesquisa, deverá ser reconhecido como um gasto.

#### Vida útil

Os períodos de vida útil dos ativos intangíveis são definidos pelo previsto no CC2.

Nas fichas de cadastro, para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta a informação atualizada relativa à sua vida útil, valor de aquisição, amortização acumulada, valor líquido, bem como outras informações.

#### Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta). As fichas de cadastro estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento entre outra informação a vida útil ou taxa de amortização, assim como a respetiva quantia escriturada líquida.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes.

#### Variações das amortizações e perdas por imparidades acumuladas:

Durante o exercício findo, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas ocorreu conforme o seguinte:

**Quadro 3 – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas Consolidado**

Designação	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	[1]	[2]	[3]	[4]=[1]-[2]-[3]	[5]	[6]	[7]	[8]=[5]-[6]-[7]
<b>Ativos Intangíveis</b>								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 014 165,03 €	997 550,25 €	0,00 €	16 614,78 €	1 205 532,09 €	1 123 714,15 €	0,00 €	81 817,94 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>1 014 165,03 €</b>	<b>997 550,25 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>16 614,78 €</b>	<b>1 205 532,09 €</b>	<b>1 123 714,15 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>81 817,94 €</b>

**Quadro 4 – Quantia escriturada e variações do período Consolidado**

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
<b>Ativos Intangíveis</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	16 614,78 €	191 367,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-126 163,90 €	0,00 €	0,00 €	81 817,94 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso										
<b>TOTAL</b>	<b>16 614,78 €</b>	<b>191 367,06 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-126 163,90 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>81 817,94 €</b>

**Quadro 5 – Adições**

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>Ativos Intangíveis</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	155 182,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36 184,09 €	191 367,06 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>0,00 €</b>	<b>155 182,97 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>36 184,09 €</b>	<b>191 367,06 €</b>

**Quadro 6 – Diminuições**

Designação	Diminuições				Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestrutur	Outras	
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

**NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Quadro 7 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário			
				Valor do contrato	Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão (*)	EDP Distribuição S.A	-	25A	-	-	-	-
Exploração da concessão Sistema de Água e de Saneamento "em Alta"	Águas do Norte S.A	Sistema de Água e de Saneamento "em Alta"	30A	-	-	-	-

(\*) Celebrado 01/01/1996

**- Informação sobre Imobilizações em poder de Terceiros, Imobilizações em propriedade alheia e Imobilizações Reversíveis.**

1. O Sistema de Água e de Saneamento "em Alta" foi "transferido" por contrato celebrado em 21/10/2003, para a empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do AVE, Águas do Ave, S.A, posteriormente Águas do Noroeste, S.A – Sociedade concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Noroeste, criado pela fusão de diferentes sistemas multimunicipais e respetivas empresas concessionárias, pelo Decreto-lei nº 41/2010, de 29 de Abril. Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de Maio, foi criada a Águas do Norte, S.A., sociedade que passou a agregar os sistemas multimunicipais existentes, nomeadamente a Águas do Noroeste, S.A. De referir, ainda, que a Águas do Norte, S.A. assume, também, a exploração e gestão do sistema de águas residuais em baixa.
2. Os ativos fixos tangíveis em integração (Ativos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82.), no âmbito do contrato de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a EDP DISTRIBUIÇÃO, S.A, os bens integrados estão dispersos no cadastro de inventário do Município e não foi possível à data fazer uma identificação, de forma autónoma dos bens cedidos no âmbito desta concessão. O Município de Fafe, irá efetuar diligências no curto prazo, através da formalização de uma comunicação à identidade E-REDES por forma a identificar os bens que foram cedidos e proceder aos bens integrados no património daquela entidade, o que poderá implicar

ajustamento no cadastro municipal. O contrato de distribuição de energia elétrica em baixa tensão não se enquadra, pois, o Município não controla o preço.

3. O Município cedeu direitos de superfície de alguns bens do seu Património e tem outros bens cedidos a título oneroso, nomeadamente, Bar da Praça, Edifício Multifuncional (Call Center), Edifício da GNR, Edifício da Cruz Vermelha e Quiosques, mas continua a deter o direito de propriedade.

O quadro seguinte resume as situações supra mencionadas.

Situação /Entidade	Montante
Concessionados - Aguas do Norte, S.A.	11.250.389,93 €
Bens cedidos a título oneroso/ Direitos de Superfície/vários	1.601.108,93 €
Bens cedidos / Comodato	3.966.614,18 €

## NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Municipal de Fafe encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade. O custo inclui o custo de compra, e outros custos necessários para colocarem o ativo a funcionar da forma pretendida.

Os custos subsequentes ao início de funcionamento do ativo, são devidamente analisados em função dos benefícios económicos ou potencial de serviço que irão trazer para o ativo, determinando-se se se trata de um custo de reparação e manutenção, sendo deste modo considerado um gasto, ou se, pelo contrário, se trata de uma benfeitoria ao bem e como tal será reconhecido como ativo.

Importa ainda referir que, pese embora a Portaria 189/2016, de 14 de julho (Normas de Enquadramento ao PCM), estabeleça que os bens que tenham um valor individual inferior a 100,00€ devam ser registados na conta 623 Materiais de Consumo.

### - Vida útil

Para a generalidades dos ativos fixos tangíveis, o período de vida útil é o previsto no Classificador Complementar 2 (CC2), exceto as infraestruturas rodoviárias, tal como já mencionado na nota 2, em que as vidas úteis das depreciações poderão variar entre 20 e 100 anos.

À data do presente relato as fichas de cadastro de cada bem encontram-se atualizadas com informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, valor de aquisição, depreciação acumulada, valor líquido, entre outras informações.

- Métodos de depreciação

As depreciações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Variação das depreciações A variação da quantia escriturada e depreciações dos ativos fixos tangíveis, durante o período económico de 2022, é apresentada no quadro a seguir.

- Dificuldades na inventariação do ativo fixo tangível

A inventariação completa e eficaz dos bens imóveis do domínio público configura uma necessidade premente para a boa gestão do património imobiliário público.

A seguir, identifica-se dificuldades ainda existentes à data 31 de dezembro de 2022:

- Consta da carta de recomendações do auditor externo, relativamente ao exercício anterior, *“da existência de alguns bens móveis (pertencentes ao domínio privado e público) se encontram pendentes de registo na Conservatória do Registo Predial”*, que apesar de já estar inventariado e constar do cadastro de inventário, apenas falta formalizar o registo com Conservatória do Registo Predial;

- Inventariação de parcelas cedidas gratuitamente aos municípios para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas no âmbito de licenças ou autorizações de loteamento.

- O património histórico, artístico e cultural nem sempre é devidamente valorizado contabilisticamente, por vezes pela dificuldade da valorização e mensuração através dos recursos interno.

- Escola secundária de Fafe – Imobilizado em curso:

No que se refere ao imobilizado em curso, sublinha-se da existência do ativo Escola secundária de Fafe, mas que já se encontra em uso e terminada a obra de requalificação, em junho de 2020.

A intervenção por parte do Município da Escola Secundária, importou no final de 2021, em imobilizado em curso - 4.489.969,84 euros, com a formalização de um protocolo com o Estado com participação comunitária, esta registada no balanço no património líquido, como proveito diferido na conta 59.3.1.4.1.4.1.2 - FEDER - PORTUGAL 2020 - EQ - SECUNDARIA no montante de € 4.151.619,75 euros.

Assim, considerou-se prudente em 2020 e 2021 não efetuar a última fase do processo contabilístico – transferência do bem, uma vez que, já era expectável que esta operação com os reforços de comparticipação comunitária, fosse comparticipada em 92% do custo da requalificação. Por outro lado, para esta decisão relevou também deste imóvel, integrar os bens a transferir para o Município no âmbito do processo de transferência de competências – área educação, que iniciou em abril 2022.

O decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

O Decreto-Lei acima referido, vem determinar o exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação. Este diploma prevê no artigo 62.º a transição da titularidade de equipamentos educativos, ao qual determina o seu n.º 1:

*"1 — São transferidos para a titularidade dos municípios os equipamentos educativos que integram a rede pública do Ministério da Educação e a rede oficial de residências para estudantes". Acrescenta o n.º 4 - "O presente decreto -lei **constitui título bastante para o registo de imóveis transferidos, nos termos do presente artigo, a favor dos municípios, os quais ficam isentos de quaisquer taxas ou emolumentos**".*

Neste sentido, é necessário diligenciar a transferência da propriedade para o Município em registo notarial, que segundo informação dada na última Assembleia Municipal, está ser tratado, mas que não aconteceu em 2022.

No entanto, apesar da legislação, desconhece que algum Município não ter conseguido ainda efetuar o registo na conservatória, pois não resultou da descentralização qualquer informação do Ministério da Educação ou outra entidade pública.

Da análise dos factos expostos, tal como já mencionado no relatório & contas de 2020 e 2021, considerou-se ser prudente em 2022 não efetuar a última fase do processo contabilístico – **transferência do bem**, ainda que já esteja fundamentado pelo preceito legal acima referido, situação que deverá ser contabilisticamente reconhecido em 2023.

O Município após transferência da propriedade, comunicará à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) o registo de propriedade da escola secundária.

### **- Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, ocorreu conforme o seguinte:

**Quadro 8 – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumulada - Consolidado**

Designação	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	[1]	[2]	[3]	[4]=[1]-[2]-[3]	[5]	[6]	[7]	[8]=[5]-[6]-[7]
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>104 267 835,46 €</b>	<b>80 148 170,71 €</b>	<b>- €</b>	<b>24 119 664,75 €</b>	<b>107 898 084,39 €</b>	<b>80 829 730,25 €</b>	<b>- €</b>	<b>27 068 354,14 €</b>
Terrenos e recursos naturais	4 413 601,74 €	- €	- €	4 413 601,74 €	5 190 101,74 €	- €	- €	5 190 101,74 €
Edifícios e outras construções	8 073 212,46 €	4 984 830,61 €	- €	3 088 381,85 €	8 097 119,79 €	5 313 469,50 €	- €	2 783 650,29 €
Infraestruturas	90 795 811,05 €	75 163 340,10 €	- €	15 632 470,95 €	93 582 423,87 €	75 516 038,84 €	- €	18 066 385,03 €
Património histórico, artístico e cultural	985 210,21 €	- €	- €	985 210,21 €	1 028 438,99 €	221,91 €	- €	1 028 217,08 €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>93 916 589,20 €</b>	<b>31 791 989,72 €</b>	<b>- €</b>	<b>62 124 599,48 €</b>	<b>96 079 696,79 €</b>	<b>30 532 056,76 €</b>	<b>- €</b>	<b>65 547 640,03 €</b>
Terrenos e recursos naturais	9 477 242,70 €	- €	- €	9 477 242,70 €	9 517 242,70 €	13 905,88 €	- €	9 503 336,82 €
Edifícios e outras construções	75 671 745,18 €	25 211 396,43 €	- €	50 460 348,75 €	76 658 752,74 €	23 319 050,74 €	- €	53 339 702,01 €
Equipamento básico	2 620 346,24 €	1 612 608,33 €	- €	1 007 737,91 €	3 298 153,73 €	1 752 924,24 €	- €	1 545 229,49 €
Equipamento de transporte	1 552 374,99 €	1 273 918,40 €	- €	278 456,59 €	1 673 196,19 €	1 457 789,05 €	- €	215 407,14 €
Equipamento administrativo	2 499 320,26 €	2 131 970,71 €	- €	367 349,55 €	2 721 479,95 €	2 313 557,96 €	- €	407 921,99 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	2 095 559,83 €	1 562 095,85 €	- €	533 463,98 €	2 210 871,48 €	1 674 828,89 €	- €	536 042,59 €
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>10 830 678,39 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>10 830 678,39 €</b>	<b>11 592 725,95 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>11 592 725,95 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>209 015 103,05 €</b>	<b>111 940 160,43 €</b>	<b>- €</b>	<b>97 074 942,62 €</b>	<b>215 570 507,13 €</b>	<b>111 361 787,01 €</b>	<b>- €</b>	<b>104 208 720,12 €</b>

Nota: Os valores do início do período estão conforme as contas consolidadas aprovadas de 2021, não tendo em consideração a reexpressão efetuada nas constas individuais do Município.

**Quadro 9 – AFT - Quantia escriturada e variações do período- Consolidado**

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Variações no período					Quantia escriturada final
						Perdas por imparidade	Depreciações do período	Regularizações depreciações períodos anteriores (2)	Diferenças cambiais	Diminuições	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>24 119 664,75 €</b>	<b>776 500,00 €</b>	<b>2 853 748,93 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-2 480 516,72 €</b>	<b>1 790 695,68 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>27 060 092,64 €</b>
Terrenos e recursos naturais	4 413 601,74 €	776 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 190 101,74 €
Edifícios e outras construções	3 088 381,85 €	0,00 €	23 907,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-328 638,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 783 650,29 €
Infraestruturas	15 632 470,95 €	0,00 €	2 786 612,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 143 394,42 €	1 790 695,68 €	0,00 €	0,00 €	18 066 385,03 €
Património histórico, artístico e cultural	985 210,21 €	0,00 €	43 228,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 483,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 019 955,58 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>72 955 277,87 €</b>	<b>6 980 530,53 €</b>	<b>-3 026 615,28 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-2 911 503,34 €</b>	<b>3 620 892,41 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-469 954,71 €</b>	<b>77 148 627,48 €</b>
Terrenos e recursos naturais	9 477 242,70 €	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-13 905,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 503 336,82 €
Edifícios e outras construções	50 460 348,75 €	82 599,86 €	1 523 027,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 966 160,62 €	3 620 892,41 €	0,00 €	-381 005,49 €	53 339 702,00 €
Equipamento básico	1 007 737,91 €	869 788,46 €	8 068,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-342 077,63 €	0,00 €	0,00 €	-74,55 €	1 543 442,99 €
Equipamento de transporte	278 456,59 €	276 944,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-251 119,44 €	0,00 €	0,00 €	-88 874,67 €	215 407,14 €
Equipamento administrativo	367 349,55 €	237 227,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-196 628,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	407 948,91 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	533 463,98 €	154 211,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-141 611,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	546 063,67 €
Ativos fixos tangíveis em curso	10 830 678,39 €	5 319 758,73 €	- 4 557 711,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 592 725,95 €
<b>TOTAL</b>	<b>97 074 942,62 €</b>	<b>7 757 030,53 €</b>	<b>-172 866,35 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-5 392 020,06 €</b>	<b>5 411 588,09 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-469 954,71 €</b>	<b>104 208 720,12 €</b>

Nota Justificativa:  
(1) - Transferidos por gastos: 107.878,26€

(2) - Regularização amortizações anos anteriores - conta 5641  
Ponto 5.2.1.2. Alterações em estimativas Contabilísticas

Nota : Os valores do início do período (2021) estão conforme as contas aprovadas de 2021, não tendo em consideração a reexpressão efetuada.

(1) Quadro 10 – AFT- Adições Consolidado

Designação	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestrutura	Outras		
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	776 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	776 500,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	776 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	776 500,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Bens de domínio público em curso</b>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão em curso</b>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	0,00 €	6 980 530,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 980 530,53 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40 000,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	82 599,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	869 788,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	869 788,46 €
Equipamento de transporte	0,00 €	276 944,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	276 944,66 €
Equipamento administrativo	0,00 €	237 227,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	237 227,57 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	154 211,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	154 211,25 €
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	0,00 €	5 319 758,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 832 671,87 €
<b>TOTAL</b>	0,00 €	6 980 530,53 €	0,00 €	776 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 757 030,53 €

Quadro 11 – AFT- Diminuições Consolidado

Designação	Diminuições - Abates				Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>-469 954,71 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-469 954,71 €</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	-381 005,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-381 005,49 €
Equipamento básico	-74,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-74,55 €
Equipamento de transporte	-88 874,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-88 874,67 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>-469 954,71 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-469 954,71 €</b>

## NOTA 6 – LOCAÇÕES

Em 2022 o Grupo Município de Fafe não detinha qualquer bem em regime de locação financeira.

**NOTA 7 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

**Quadro 12 – Empréstimos**

Caracterização do Empréstimo	Data aprovação pela A.M.	Data de contratação	Prazo Amortiz.	Anos dec.	Visto do T.C.			Capital		Taxa de Juro			Encargos do Período		Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período	Observações	
					N.º registo	Data	Final.	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total					Juros Mora
Caixa Geral de Depósitos	28/04/2008	09/05/2008	17	14	877	13/06/2008	N	3 500 000,00 €	3 500 000,00 €	1,34%	0,63%	90 915,92 €	0,00 €	90 915,92 €	0,00 €	0,00 €	363 663,69 €	272 747,77 €	FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR CINE TEATRO - PROJECTO E OBRAS DE BENEFICIACAO E REST
Banco Santander Totta, SA	18/02/2013	03/08/2013	11	8	1080	03/08/2013	N	2 477 484,00 €	2 442 675,00 €	4,17%	3,01%	41 606,49 €	1 693,39 €	43 299,88 €	0,00 €	0,00 €	126 756,24 €	85 149,75 €	HABITACAO A CUSTOS CONTROLADOS - AQUISICAO
Banco BPI, SA	27/04/2015	11/06/2015	11	6	1903	04/12/2015	N	1 564 816,76 €	1 564 816,76 €	1,25%	2,81%	156 481,68 €	10 083,49 €	166 565,17 €	0,00 €	0,00 €	821 528,82 €	665 047,14 €	FINANCIAMENTO DO PROJETO "AQUISICAO DE TERRENOS - ESCOLA DE AROES - STA. CRISTIN
Caixa Geral de Depósitos	23/07/2015	17/08/2015	12	6	2413	18/09/2015	N	2 000 000,00 €	1 348 132,00 €	1,07%	2,08%	134 813,20 €	8 114,07 €	142 927,27 €	0,00 €	0,00 €	808 879,20 €	674 066,00 €	REDE VIARIA E ADAPTACAO DE EDIFICIO A MERCADO MUNICIPAL
Banco BPI, SA	28/04/2016	08/01/2017	12	4	2917	08/01/2017	N	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €		2,89%	100 000,00 €	7 343,02 €	107 343,02 €	0,00 €	0,00 €	700 000,00 €	600 000,00 €	FINANCIAMENTO DO PROJETO "CONSTRUÇÃO DO NÓ DE ARÕES"
Agencia para o Desenvolvimento e Coesão, IP	25/02/2019	15/06/2019	12	1	2365	15/06/2019	N	1 307 992,00 €	871 994,66 €			87 199,46 €		87 199,46 €	0,00 €	0,00 €	871 994,66 €	784 795,20 €	FINANCIAMENTO REEMBOLSAVEL PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERACAO PORTUGAL 2020 - REABILITACAO E EFICIENCIA ENERGETICA NO BAIRRO DA CUMIEIRA
Banco BPI, SA	25/06/2021	22/04/2022	10	0	505	25/03/2022	N	2 000 000,00 €	641 944,73 €		2,31%	0,00 €	326,00 €	326,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	641 944,73 €	REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNOESPORATIVO DA ESCOLA CARLOS TEIXEIRA – ATÉ 950 MIL EUROS”, “REQUALIFICAÇÃO DA RUA ANTÓNIO CÂNDIDO, RUA JOÃO CRISÓSTOMO, RUA PROF. OLIVEIRA FRADES E RUA ANTÓNIO SÉRGIO – ATÉ 1.050.000€
<b>TOTAL</b>								<b>13 850 292,76 €</b>	<b>11 369 563,15 €</b>			<b>611 016,75 €</b>	<b>27 559,97 €</b>	<b>638 576,72 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 692 822,61 €</b>	<b>3 723 750,59 €</b>	

## NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A propriedade de investimento é detida para obtenção de rendas ou para valorização de capital, ou para ambas. Tal propriedade gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos por uma entidade.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Durante a avaliação dos ativos fixos tangíveis, não foram identificados imóveis que devam ser reconhecidos com propriedades de investimento.

## NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Quadro 13- Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2022			31/12/2021			Reforço do período	Reversão
		Quantia bruta	Imparidades acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidades acumulada	Quantia recuperável		
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	985 964,58 €	411 118,18 €	574 846,40 €	630 804,02 €	172 681,57 €	458 122,45 €	239 454,61 €	- 1 018,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>985 964,58 €</b>	<b>411 118,18 €</b>	<b>574 846,40 €</b>	<b>630 804,02 €</b>	<b>172 681,57 €</b>	<b>458 122,45 €</b>	<b>239 454,61 €</b>	<b>- 1 018,00 €</b>

## NOTA 10 – INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 14- Inventários Consolidado

Rubrica	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	170 082,55 €	0,00 €	170 082,55 €	96 342,94 €	0,00 €	96 342,94 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>170 082,55 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>170 082,55 €</b>	<b>96 342,94 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>96 342,94 €</b>

Quadro 15- Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+/(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96 342,94 €	1 430 307,83 €	1 356 568,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	170 082,55 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>96 342,94 €</b>	<b>1 430 307,83 €</b>	<b>1 356 568,22 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>170 082,55 €</b>

## NOTA 11 - AGRICULTURA

Em 2021 o Grupo Municipal de Fafe não deteve ativos biológicos quer no presente quer no passado enquadrado na NCP 11.

## NOTA 12 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

A atividade do Grupo Municipal de Fafe não originou contratos de construção nos termos da NCP12.

## NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As notas têm por objetivo estabelecer o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 16 - Rendimentos com contraprestação consolidado

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do Período	
<b>Prestação de serviços</b>	<b>3 383 634,82 €</b>		<b>705 818,97 €</b>	<b>906 384,76 €</b>	
Serviço de abastecimento de água pública	1 611 608,07 €		224 467,13 €	213 383,91 €	
Resíduos Sólidos	828 870,11 €		433 218,17 €	616 923,37 €	
Trabalhos por Conta de Particulares	4 598,01 €		26 707,83 €	2 036,07 €	
Cemitérios	13 000,00 €		1 000,00 €	1 000,00 €	
Mercados e Feiras	277 054,35 €		1 583,67 €	21 055,82 €	
Parques de Estacionamento	221 574,41 €		425,00 €	11 174,88 €	
Serviços Sociais- refeições escolares	346 174,76 €		18 417,17 €	39 403,21 €	
Serviços Culturais	52 534,42 €		- €	1 285,00 €	
Serviços Desporto	20 198,09 €		- €	- €	
Outros	1 450,80 €		- €	122,50 €	
Vistorias e ensaios	4 752,00 €		- €	- €	
Aluguer de equipamentos	1 819,80 €		- €	- €	
<b>Venda de bens</b>	<b>1 507 050,69 €</b>				
<b>Alienações de ativos fixos</b>	<b>- €</b>				
<b>Rendas</b>	<b>2 044 416,28 €</b>		<b>200 087,32 €</b>	<b>462 549,18 €</b>	
Rendas de habitação e outros edifícios	50 453,00 €		- €	- €	
Terenos e Recursos Naturais	28 859,16 €		- €	- €	
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	1 436 362,55 €		200 087,32 €	462 549,18 €	
Parque eólica	406 458,86 €		- €	- €	
Renda Exploração distribuição água	122 282,71 €		- €	- €	
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>24 347,35 €</b>				
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>48 227,68 €</b>		<b>7 819,05 €</b>	<b>7 144,60 €</b>	
Comparticipação colonias de férias	11 415,15 €		- €	- €	
Ganhos em inventários	291,27 €		- €	- €	
Outros - renda perpetua	10,80 €		- €	- €	
Outros rendimentos suplementares	31 912,45 €		5 812,90 €	5 138,45 €	
Trabalhos por Conta de Particulares	4 598,01 €		2 006,15 €	2 006,15 €	
<b>TOTAL</b>	<b>7 007 676,82 €</b>	<b>- €</b>	<b>913 725,34 €</b>	<b>1 376 078,54 €</b>	<b>- €</b>

O apuramento do valor das Rendas pagas pela EDP ao Grupo Municipal de Fafe, pela concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Fafe, é regido pelo disposto no Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de novembro de 2008. De acordo com este diploma, o valor da Renda de Concessão é função do consumo de eletricidade em baixa tensão no concelho registado no ano anterior, e da variação do Índice de Preços do Consumidor (IPC), com Exclusão da Habitação, do ano anterior ao qual a renda diz respeito.

## NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 18 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do Período	
<b>Impostos diretos</b>	<b>6 834 895,83 €</b>				
Derrama	857 110,79 €		- €	- €	
Imposto municipal sobre imóveis	4 533 506,83 €		- €	- €	
Imposto único de circulação	1 444 278,21 €		- €	- €	
Impostos abolidos	- €		1 814,00 €	796,00 €	
<b>Impostos indiretos</b>	<b>2 124 163,06 €</b>				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 124 163,06 €		- €	- €	
Outros	- €		- €	- €	
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>1 321 704,18 €</b>				
Taxas específicas das autarquias locais	1 157 929,24 €		129 696,28 €	273 052,29 €	
Multas e outras penalidades	163 774,94 €		2 111,44 €	3 016,37 €	
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>20 205 072,65 €</b>				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	13 182 544,00 €		- €	- €	
Fundo Social Municipal (FSM)	1 446 803,00 €		- €	- €	
Participação no IRS	827 897,00 €		- €	- €	
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	2 969 216,84 €		- €	- €	
Participação do IVA	143 585,30 €		- €	- €	
Contrato interadministrativos educação	1 147 117,20 €		- €	- €	
Serviços e Fundos Autónomos	88 275,08 €		- €	- €	
Associações de Municípios	- €		- €	- €	
Segurança Social	25 482,36 €		- €	- €	
Resto do mundo - FEDER	33 156,91 €		- €	13 292,41 €	
Resto do mundo -Fundo Social Europeu	203 492,00 €		- €	31 513,24 €	
Resto do mundo -Outras	137 502,96 €		- €	- €	
<b>Reversões</b>	<b>407 756,47 €</b>				
De perdas por imparidade	1 018,00 €		- €	- €	
De provisões	406 738,47 €		- €	- €	
<b>Imputação de subsídios e transferências para investimentos</b>	<b>1 468 045,40 €</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>32 361 637,59 €</b>	<b>- €</b>	<b>133 621,72 €</b>	<b>321 670,31 €</b>	<b>- €</b>

## NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### - Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Fafe, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a **provisão para outros riscos e encargos para € 227.736,93 €**, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos judiciais em curso onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

**Quadro 19 – Provisões**

Rubricas	Quantia escriturada inicial [1]	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final [10]=[1]+[5]-[9]
		Reforços [2]	Aumentos da quantia descontada [3]	Outros aumentos [4]	Total aumentos [5]=[2]+[3]+[4]	Utilizações [6]	Reversões [7]	Outras diminuições [8]	Total diminuições [9]=[6]+[7]+[8]	
Impostos, contribuições e taxas					- €				- €	- €
Garantias a clientes					- €				- €	- €
Processo judiciais em curso	<b>880 113,47 €</b>	115 000,00 €			<b>115 000,00 €</b>	388 375,00 €	406 738,47 €		<b>795 113,47 €</b>	<b>200 000,00 €</b>
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	<b>27 736,93 €</b>								- €	<b>27 736,93 €</b>
Matérias ambientais					- €				- €	- €
Contratos onerosos					- €				- €	- €
Reestruturação e reorganização					- €				- €	- €
Outras provisões					- €				- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>907 850,40 €</b>	<b>115 000,00 €</b>	- €	- €	<b>115 000,00 €</b>	<b>388 375,00 €</b>	<b>406 738,47 €</b>	- €	<b>- 795 113,47 €</b>	<b>227 736,93 €</b>

Utilizações:

- 1- Proc. Jud. - 938/20.29T8GMR – Acordo com Maria Dulce Freitas Carvalho e marido: 40.000,00 €
- 2- Ação administrativa nº 715/19.0BEBRG, UO 2, instaurada por ECOAMBIENTE - Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA: Sentença do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa 330.000,00€ acrescido de juros de mora 17.000,00€
- 3- Proc. Jud. - 618/17.2 BEBRG Lixarent – aluguer de máquinas e equipamentos, unipessoal Lda: 1.375,00€.

**Quadro 20 – Descriminação dos processos judiciais em curso**

		880 113,47 € - 595 113,47 €					- 795 113,47 €	115 000,00 €
N.º Processo	Autor	Valor proposta da ação	Provisão constituída anos anteriores	Valor proposta em provisões	Posição atual da ação - Parecer Advogado externo	Reversão provisão	Reforço provisão	
Proc. Jud. - 1719/12.9BEBRG	Silvina Otília S. Ferreira	20 000,00 €		5 000,00 €	Parcialmente resolvido		5 000,00 €	
Proc. 1139/16.6 BEBRG	CARLOS GOMES DE SOUSA	150 000,00 €	75 000,00 €	90 000,00 €	Face a decisão da 1ª instância reforçar provisão		15 000,00 €	
Proc. Jud. - 618/17.2 BEBRG	Lixarent – aluguer de máquinas e equip, unipessoal Lda	1 375,00 €	1 375,00 €	- 1 375,00 €		- 1 375,00 €		
Proc. 111/17	Maravilha acontece Viagens e turismo	20 290,00 €	20 290,00 €	- 20 290,00 €	Absolvida em última instância	- 20 290,00 €		
Proc. Jud. - 1894/17.6 BEBRG	HTLF – Inv Imobiliário SA	315 719,98 €	315 719,98 €	- 315 719,98 €	Absolvido – decisao supremo - anular Provisao	- 315 719,98 €		
Proc. Jud. - 501/18.4 BEBRG	Adivinhadimensão, Unip., Lda.	43 881,31 €	- €	20 000,00 €	Aguarda decisão bar praça - Constituir 50%		20 000,00 €	
Proc. 715/19.0BEBRG	Ecoambiente S.A	314 728,49 €	347 728,49 €	- 347 728,49 €	Acordo Transação	- 347 728,49 €		
Proc. 1212/20.6 BEBRG	Candido Jose Rodrigues	218 311,50 €	50 000,00 €	- 50 000,00 €	absolvido anular provisão	- 50 000,00 €		
Proc. 1960/20.0BEBRG	Contactawaves Lda	438 623,60 €	10 000,00 €	85 000,00 €	reforço provisão 75 mil – face ao conhecimento atual do processo		75 000,00 €	
Proc. Jud. - 938/20.29T8GMR	Maria Dulce Freitas Carvalho e marido	5 830,95 €	40 000,00 €	- 40 000,00 €	Acordo – pago em 2022 – 40 mil euros - Sentença – OP 3091/22	- 40 000,00 €		
Proc 1484/21.9T8GMR	José António Sousa Barbosa e mulher	50 000,01 €	20 000,00 €	- 20 000,00 €	Adolvido - 1 instancia- anular provisão	- 20 000,00 €		

**- Passivos contingentes:**

N.º Processo	Réu	Estimativa do efeito financeiro	Posição atual da ação - Parecer Advogado externo
Proc. Jud. - 1578/14.7BEBRG	Francisco Ferreira Magalhães Teles	20 000,00 €	Absolvida em 1ª instância
Proc. Jud. - 3660/15.4BEBRG	Gomes & Irmão	30 000,01 €	Com recurso interposto autor para TCA
Proc. 1974/16.5. BEBRG	Freguesia S. Gens	82 208,96 €	Anulação ato administrativo
Proc. 2006/16.9 BEBRG	Machado, Fernandes & nogueira Lda	56 000,00 €	Anulação ato administrativo
Proc. Jud. - 624/17.7 BEBRG	Alexandre Alves de Sousa e Mulher	4 963 215,00 €	Não é esperado que da decisão resulte indemnização. Já com decisao favoravel
Proc. Jud. - 2456/17.3 BEBRG	Fernando Ribeiro Alves	5 000,01 €	Aguarda marcação julgamento - Anulação ato administrativo
Proc 2396/21.1T8GMR	Imobiliária Jnformatex, Lda	947 215,38 €	Em julgamento
Proc 2230/22.5BEBRG	Espalha ideias – atividades tempo livres	198 261,76 €	ato administrativo - anulação ato adjudicação prest serviços - prol horario

**NOTA 16 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**

Não houve transações em moeda estrangeira.

## NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não foram verificados acontecimentos após data de relato que possam refletir ajustamentos materialmente relevantes, ou que possam influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

De salientar que não se registam acontecimentos suscetíveis de alterar as demonstrações financeiras de 2022 no que concerne ao COVID-19, que deixou de ser emergência global, e à guerra iniciada pela Rússia contra a Ucrânia em fevereiro de 2022, que se mantêm ainda até ao presente em 2023, aliado à subida das taxas de juro Euribor e da inflação, prevendo-se que se estabiliza até 2023.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2022.

## NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.1 - Ativo

#### a) Imparidades de ativos geradores de caixa

Quadro 21 – Imparidades de ativos – geradores de caixa

Designação	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Início Período	Imparidade acumulada	Saldo Final Período	Saldo Início Período	Imparidade acumulada	SaldoFinal Período
Cientes, contribuintes e utentes	581 741,24 €	411 118,18 €	170 623,06 €	667 274,29 €	172 681,57 €	494 592,72 €
<b>TOTAL</b>	<b>581 741,24 €</b>	<b>411 118,18 €</b>	<b>170 623,06 €</b>	<b>667 274,29 €</b>	<b>172 681,57 €</b>	<b>494 592,72 €</b>

#### b) Clientes, contribuintes e utentes consolidado

Quadro 22 – Clientes, utentes e imparidades acumuladas

Designação	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia líquida
	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[4]-[5]
<b>Cientes, contribuintes e utentes</b>	<b>581 741,24 €</b>	<b>411 118,18 €</b>	<b>170 623,06 €</b>	<b>667 274,29 €</b>	<b>172 681,57 €</b>	<b>494 592,72 €</b>
<b>Clientes</b>	- €	15 212,37 €	- €	- €	3 601,98 €	- €
Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizável até 12 meses	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizável até 12 meses	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Utentes</b>	<b>574 846,40 €</b>	<b>395 109,81 €</b>	<b>179 736,59 €</b>	<b>458 122,45 €</b>	<b>167 265,59 €</b>	<b>290 856,86 €</b>
Taxas	43 049,94 €	- €	43 049,94 €	5 749,00 €	- €	47 798,94 €
Realizável até 12 meses	43 049,94 €	- €	43 049,94 €	5 749,00 €	- €	37 300,94 €
Multas e outras penalidades	- €	- €	- €	7,50 €	- €	- €
Realizável até 12 meses	- €	- €	- €	7,50 €	- €	- €
Outros	531 796,46 €	- €	531 796,46 €	452 365,95 €	- €	89 430,51 €
Realizável até 12 meses	531 796,46 €	- €	531 796,46 €	452 365,95 €	- €	89 430,51 €
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	411 118,18 €	796,00 €	411 914,18 €	172 681,57 €	- €	239 232,61 €
<b>Contribuintes</b>	<b>796,00 €</b>	<b>796,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 814,00 €</b>	<b>1 814,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Contribuintes - Cobranças em atraso	796,00 €	796,00 €	0,00 €	1 814,00 €	1 814,00 €	0,00 €
Utentes	410 322,18 €	- €	410 322,18 €	170 867,57 €	- €	239 454,61 €
Utentes - Cobranças em atraso	410 322,18 €	- €	410 322,18 €	170 867,57 €	- €	239 454,61 €
<b>TOTAL</b>	<b>581 741,24 €</b>	<b>411 118,18 €</b>	<b>170 623,06 €</b>	<b>667 274,29 €</b>	<b>172 681,57 €</b>	<b>494 592,72 €</b>

**c) Estado e outros entes públicos a receber**

O saldo desta rubrica em 31/12/2022 no montante de 78.018,09€ respeita a IVA a recuperar nas “Águas de Fafe, E.M.”.

	31/12/2022	31/12/2021
Estado e outros entes públicos a receber	78 018,09 €	18 178,49 €
<b>TOTAL</b>	<b>78 018,09 €</b>	<b>18 178,49 €</b>

**d) Outras contas a receber consolidado**

Quadro 22 – Discriminação outras contas a receber

Outras contas a receber	31/12/2022	31/12/2021	Var €
<b>Fornecedores de investimentos</b>	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos c/c	- €	- €	- €
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>	<b>6 303 457,03 €</b>	<b>7 078 838,42 €</b>	<b>- 775 381,39 €</b>
Serviço de fornecimento de abastecimento água na rede pública	119 348,58 €	118 997,90 €	350,68 €
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	4 533 506,83 €	4 427 958,22 €	105 548,61 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)	350 354,09 €	166 260,24 €	184 093,85 €
Derrama	719 004,40 €	651 097,71 €	67 906,69 €
Imp. e tx imputados período - IUC	100 202,39 €	101 362,82 €	- 1 160,43 €
Parque eólico	406 458,86 €	368 119,15 €	38 339,71 €
Resíduos sólidos	74 581,88 €	74 420,01 €	161,87 €
Rendas concessão	- €	265 275,26 €	- 265 275,26 €
Outros	- €	905 347,11 €	- 905 347,11 €
<b>Devedores Diversos</b>	<b>482 397,62 €</b>	<b>208 357,92 €</b>	<b>274 039,70 €</b>
Outras entidades	12 520,90 €	- €	12 520,90 €
Devedores - Outros	6 601,98 €	6 601,98 €	- €
Devedores- Empresas	462 549,18 €	200 087,32 €	262 461,86 €
Administração Local	725,56 €	1 668,62 €	- 943,06 €
<b>TOTAL</b>	<b>6 785 854,65 €</b>	<b>7 287 196,34 €</b>	<b>- 501 341,69 €</b>

**e) Diferimentos-ativo**

Quadro 23 – Discriminação gastos a reconhecer

Diferimentos- Gastos a reconhecer	31/12/2022	31/12/2021	Var €
Transferências e subsídios concedidos com condições - Contrato administrativo ação social com Juntas de Freguesias	3 055 231,84 €	982 508,42 €	2 072 723,42 €
Outros	15 490,32 €	41 622,11 €	- 26 131,79 €
Gastos a reconhecer - outros	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>3 070 722,16 €</b>	<b>1 024 130,53 €</b>	<b>2 046 591,63 €</b>

f) Participações Financeiras

Quadro 20 – Participações financeiras

Designação	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia líquida
	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[5]-[6]
Águas do Norte (ex. Noroeste)	2 434 815,00 €	0,00 €	2 434 815,00 €	2 434 815,00 €	0,00 €	2 434 815,00 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	883 831,50 €	0,00 €	883 831,50 €	883 831,50 €	0,00 €	883 831,50 €
<b>TOTAL</b>	<b>3 318 646,50 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 318 646,50 €</b>	<b>3 318 646,50 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 318 646,50 €</b>

18.2 – Património líquido

Quadro 21 – Aplicação dos resultados líquido ano anterior e outras variações ocorridas consolidado

Designação das contas	Notas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
51.1 Balanço inicial		68 719 599,61 €	- €	- €	68 719 599,61 €
55.1 Reservas legais	1	1 418 152,98 €	95 659,68 €	- €	1 513 812,66 €
55.2 Outras reservas legais		0,00 €	52 243,99 €	- €	52 243,99 €
56.1 De períodos anteriores	2	295 530,41 €	1 706 185,42 €	- €	2 001 715,83 €
56.2 Regularizações	3	3 515 758,07 €	- €	- €	3 515 758,07 €
56.4 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	4	- 13 268 322,56 €	5 411 588,09 €	2 131 926,69 €	- 9 988 661,16 €
59.3 Transferências e subsídios de capital	5 6 7	37 705 102,61 €	5 736 440,01 €	1 436 082,56 €	42 005 460,06 €
59.4 Doações obtidas		6 120 361,47 €	- €	- €	6 120 361,47 €
59.7 Transferências de ativos		5 183,86 €	- €	- €	5 183,86 €
Resultado Líquido do período		1 877 124,53 €	1 130 877,30 €	1 877 124,53 €	1 130 877,30 €
<b>TOTAL</b>		<b>106 388 490,98 €</b>	<b>14 132 994,49 €</b>	<b>5 445 133,78 €</b>	<b>115 076 351,69 €</b>

Nota: Saldo inicial Não Reexpresso

1- Constituídas reservas legais de 5 % do resultado líquido do ano anterior

2- Aplicação resultado do exercício líquido anterior

3- Regularizações anos anteriores

4- Regularizações amortizações anos transição SNC-AP 2020 da vida útil dos edifícios no montante de 5.411.588,09€ (infraestruturas e cine teatro) por conta da conta 56.4, mais regularizações sub. investimento (cine teatro) 2.131.926,09€

5- Aumentos - Imputação das transferências do Orçamento de Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 (+1.628.717,00 + outros sub capital recebidos em 2022 (+1.975,796,32€)

6- Aumentos - Imputação dos direitos a receber / recebidos de subsídios ao investimento

7- Diminuições - Imputação de subsídios para investimentos proporcionalmente à depreciação ou amortização dos ativos que foram objeto de financiamento, por contrapartida da por contrapartida da conta 78.8.3 (1.436.082,56€)

**18.3 – Passivo**

**a) Fornecedores**

As dívidas a fornecedores registados no balanço no período de 2022 ascendem a 909.193,11€, discriminado conforme a seguinte Quadro:

Quadro 22- Resumo total Fornecedores

Fornecedores c\c	31/12/2022	31/12/2021	Var €
Exigível até 12 meses	305 030,85 €	326 818,79 €	- 21 787,94 €
Fornecedores - faturas em receção e conferência	604 162,28 €	153 486,12 €	450 676,16 €
<b>TOTAL</b>	<b>909 193,13 €</b>	<b>480 304,91 €</b>	<b>428 888,22 €</b>

**b) Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes**

No ano anterior e em 2022 regista um saldo de 22.362,95 corresponde ao lote 41 da zona industrial do socorro, que se encontra pendente de permuta de terreno.

**c) Estado e outros entes públicos - Passivo**

Quadro 25- Discriminação Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o rendimento - IRC	75 547,66 €	15 500,10 €
Retenção de imposto sobre o rendimento - IRS	62 535,87 €	101 971,18 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5 687,90 €	5 672,23 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	217 317,73 €	197 772,60 €
Outas Tributações	112,98 €	83,29 €
<b>TOTAL</b>	<b>361 202,14 €</b>	<b>320 999,40 €</b>

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

## d) Financiamentos obtidos

Quadro 26- Exigibilidade dos empréstimos

Financiamentos obtidos	SNC-AP 2022	SNC-AP 2021	Var €	Var %
<b>Passivo não corrente</b>	<b>3 112 190,79 €</b>	<b>3 081 772,35 €</b>	<b>30 418,44 €</b>	<b>1%</b>
Não excepcionado mlp - CGD	720 753,55 €	946 873,77 € -	226 120,22 €	-24%
Nao excepcionados mlp - Banco Totta	43 331,85 €	85 056,24 € -	41 724,39 €	-49%
Não excepcionado MLP - BPI	1 650 510,19 €	1 265 047,14 €	385 463,05 €	30%
Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis - BEI	697 595,20 €	784 795,20 € -	87 200,00 €	-11%
<b>Passivo corrente - Exigível a curto prazo</b>	<b>611 559,80 €</b>	<b>611 050,26 €</b>	<b>509,54 €</b>	<b>0%</b>
Não Excepcionado c/p - CGD	226 060,22 €	225 669,12 €	391,10 €	0%
Não Excepcionado c/p - Banco Totta	41 817,90 €	41 700,00 €	117,90 €	0%
Não excepcionado c/p - BPI	256 481,68 €	256 481,68 €	- €	0%
Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis - BEI	87 200,00 €	87 199,46 €	0,54 €	100%
<b>TOTAL</b>	<b>3 723 750,59 €</b>	<b>3 692 822,61 €</b>	<b>30 927,98 €</b>	<b>1%</b>

## e) Fornecedores de investimentos

O Grupo Municipal de Fafe, em 31 de dezembro, tem dívidas a fornecedores de imobilizados no montante de 68 933,94 €, registadas em faturas em conferência.

Quadro 27- Fornecedores de imobilizado

Fornecedores de imobilizado	SNC-AP 2022	SNC-AP 2021	Var €	Var %
Exigível até 12 meses	- €	- €	- €	
Fornecedores - faturas em receção e conferência	68 099,54 €	- €	68 099,54 €	
Fornecedores de investimentos – Sociedades de factoring	834,40 €	- €	834,40 €	
<b>TOTAL</b>	<b>68 933,94 €</b>	<b>- €</b>	<b>68 933,94 €</b>	<b>100%</b>

## f) Outras contas a pagar

Quadro 28- Discriminação das Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo não corrente - Exigível M\L prazo</b>		<b>1 232 222,63 €</b>	<b>1 202 496,10 €</b>
Retenção - empreitadas		1 232 222,63 €	1 202 496,10 €
<b>Passivo corrente - Exigível a curto prazo</b>		<b>5 538 265,41 €</b>	<b>3 670 659,94 €</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos:</b>		<b>1 842 153,63 €</b>	<b>1 725 125,45 €</b>
Remunerações a Liquidar		1 467 258,71 €	1 278 553,29 €
Juros a liquidar e outros gastos financeiros		3 918,97 €	1 554,95 €
Acrescimo gastos - bens e serviços	1	370 975,95 €	445 017,21 €
<b>Cauções:</b>		<b>542 494,14 €</b>	<b>353 748,24 €</b>
Cauções de Agua		137 461,82 €	14 275,60 €
Lot e obras		404 025,10 €	338 465,42 €
Cauções diversas - individual		1 007,22 €	1 007,22 €
<b>Outros credores</b>		<b>3 153 617,64 €</b>	<b>1 591 786,25 €</b>
Freguesias	2	3 055 231,84 €	982 508,42 €
Outros credores		69 918,98 €	569 393,62 €
outras OT		28 466,82 €	39 884,21 €
<b>TOTAL</b>		<b>6 770 488,04 €</b>	<b>4 873 156,04 €</b>

O acréscimo de gastos relativamente às remunerações a liquidar por conta de férias e subsídio de férias foi calculado com base no vencimento base, suplementos, número de dias de férias adquiridos por cada funcionário e taxa da CGA e Segurança Social por conta da entidade patronal por funcionário, seguindo desta forma o mesmo critério utilizado em anos anteriores.

Nota:

- (1) Os acréscimos de gastos – bens e serviços correspondem aos valores exatos dos serviços respeitantes a gastos do exercício de 2022, mas cujas faturas à data de 31 de dezembro não tinham sido rececionadas por que foram emitidas em janeiro e fevereiro de 2023.

(2) - Relatório n.º 2020/138 - No âmbito da verificação da aplicação das verbas recebidas pelas freguesias pela Inspeção IGF em dezembro 2020, conclui a obrigatoriedade do reconhecimento das obrigações, nomeadamente com contratos Administrativos de delegação de competências no âmbito da ação social e escolar, bem como os protocolos de investimentos, ainda que não vencidos, no passivo exigível de curto prazo, de forma a melhorar com a imagem verdadeira e apropriada dos eventos patrimoniais.

**Quadro 30 – Outros credores – Freguesias e acréscimos de gastos**

- Contratos interadministrativo de competências e de cooperação com as freguesias- 2022/2023- Encargo 2023

- Contratos interadministrativo de competências delegada no âmbito da Ação Social Escolar- 2022/2023- Encargo 2023

Freguesias - Encargo 2023		Total	Investimento	Ação Social Escolar
Terc.	Designação	3 055 231,84 €	2 010 354,00 €	1 044 877,84 €
2221	FREGUESIA DE MEDELO	127 605,05 €	66 680,00 €	60 925,05 €
2545	FREGUESIA DE AROES SANTA CRISTINA	120 425,75 €	69 617,00 €	50 808,75 €
2546	FREGUESIA DE ARÕES S.ROMÃO	147 784,50 €	112 518,00 €	35 266,50 €
2548	FREGUESIA DE ARMIL	76 320,75 €	55 197,00 €	21 123,75 €
2550	FREGUESIA DE ESTORAOS	115 217,75 €	76 280,00 €	38 937,75 €
2553	FREGUESIA DE FORNELOS	88 059,50 €	66 881,00 €	21 178,50 €
2554	FREGUESIA DE GOLAES	128 815,02 €	83 474,00 €	45 341,02 €
2556	FREGUESIA DE PAÇOS	113 494,00 €	60 718,00 €	52 776,00 €
2557	FREGUESIA DE QUINCHÃES	154 032,75 €	98 376,00 €	55 656,75 €
2558	FREGUESIA DE REGADAS	113 604,50 €	72 425,00 €	41 179,50 €
2559	FREGUESIA DE REVELHE	88 020,25 €	58 684,00 €	29 336,25 €
2560	FREGUESIA DE S.GENS	133 611,00 €	88 095,00 €	45 516,00 €
2563	FREGUESIA DE SILVARES (S.MARTINHO)	131 087,00 €	68 912,00 €	62 175,00 €
2564	FREGUESIA DE TRAVASSOS	144 527,74 €	79 851,00 €	64 676,74 €
2567	FREGUESIA DE VINHOS	76 980,27 €	52 874,00 €	24 106,27 €
2599	FREGUESIA DE FAFE	122 283,00 €	122 283,00 €	- €
2632	FREGUESIA DE RIBEIROS	85 594,00 €	56 314,00 €	29 280,00 €
5148	FREGUESIA DE MOREIRA DO REI E VARZEA COVA	171 536,10 €	122 706,00 €	48 830,10 €
5159	FREGUESIA DE ARDEGÃO, ARNOZELA E SEIDÕES.	119 486,00 €	83 291,00 €	36 195,00 €
5170	FREGUESIA DE FREITAS E VILA COVA	85 360,50 €	71 490,00 €	13 870,50 €
5176	FREGUESIA DE AGRELA E SERAFÃO	169 247,66 €	78 061,00 €	91 186,66 €
5177	FREGUESIA DE ANTIME E SILVARES S. CLEMENTE	124 560,50 €	89 978,00 €	34 582,50 €
5192	FREGUESIA DE CEPÃES E FAREJA	189 315,25 €	96 304,00 €	93 011,25 €
5195	FREGUESIA DE ABOIM, FELGUEIRAS, GONTIM, PEDRAÍÇ	127 976,00 €	99 770,00 €	28 206,00 €
5225	FREGUESIA DE MONTE E QUEIMADELA	100 287,00 €	79 575,00 €	20 712,00 €

g) Diferimentos

Quadro 31 – Diferimentos Passivo

Diferimentos- Passivo	31/12/2022	31/12/2021	Var €
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Acordos de concessão de serviços</b>	<b>356 293,60 €</b>	<b>375 045,89 €</b>	<b>- 18 752,29 €</b>
A reconhecer a mais de 12 meses	356 293,60 €	375 045,89 €	- 18 752,29 €
<b>Passivo corrente</b>			
<b>Acordos de concessão de serviços</b>	<b>18 752,29 €</b>	<b>18 752,29 €</b>	<b>- €</b>
A reconhecer até 12 meses	18 752,29 €	18 752,29 €	- €
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>16 042,69 €</b>	<b>15 000,63 €</b>	<b>1 042,06 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>391 088,58 €</b>	<b>408 798,81 €</b>	<b>- 17 710,23 €</b>

Passivo não corrente

Diferimento do adiantamento recebido renda “Aguas do Norte, S.A” no valor de 356.293,60 € pelo período restante de concessão (20 anos).

Passivo corrente

Em 2022 registou-se o valor de 34 794,98 €, referente ao reconhecimento de subsídios à exploração – Comparticipação “ candidatura 34- Projetos inovadores experimentais na área social – Projetos inovadores de inclusão social de âmbito territorial - NORTE-07-4234-FSE-000023 (16.042,69€) e diferimento renda recebida como adiantamento relacionada com a concessão “Aguas do Norte” (18.752,29€) referente ao período de 2023.

**NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Municipal de Fafe empregava **609 trabalhadores**.

Relativamente aos benefícios dos empregados, é de referir que o Grupo Municipal de Fafe não possui planos de benefícios definidos.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos

correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Quadro 30- Benefícios dos empregados

Benefícios dos empregados	31/12/2022	31/12/2021	Varição 2022/2021
<b>Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos</b>	<b>335 778,48 €</b>	<b>329 133,98 €</b>	<b>6 644,50 €</b>
<b>Remunerações dos Órgãos Sociais</b>	<b>49 153,70 €</b>		
<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>8 765 515,09 €</b>	<b>7 674 770,24 €</b>	<b>1 090 744,85 €</b>
<i>Remunerações certas e permanentes</i>	<i>8 603 732,35 €</i>	<i>7 540 211,58 €</i>	<i>1 063 520,77 €</i>
<i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	<i>161 782,74 €</i>	<i>134 558,66 €</i>	<i>27 224,08 €</i>
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>2 068 982,89 €</b>	<b>1 829 773,75 €</b>	<b>227 902,01 €</b>
<i>Dos Órgãos Sociais</i>	<i>11 307,13 €</i>	<i>- €</i>	<i>11 307,13 €</i>
<i>Caixa Geral de Aposentações</i>	<i>1 130 665,42 €</i>	<i>1 054 848,79 €</i>	<i>75 816,63 €</i>
<i>Segurança Social - Regime Geral</i>	<i>927 010,34 €</i>	<i>774 924,96 €</i>	<i>152 085,38 €</i>
<b>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>143 712,55 €</b>	<b>117 651,53 €</b>	<b>26 061,02 €</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>375 849,55 €</b>	<b>301 489,79 €</b>	<b>74 359,76 €</b>
<b>Outros encargos sociais</b>	<b>418 770,89 €</b>	<b>446 203,94 €</b>	<b>- 27 433,05 €</b>
<i>Remunerações por doença</i>	<i>254 316,03 €</i>	<i>270 834,57 €</i>	<i>- 16 518,54 €</i>
<i>Subsídios de parentalidade</i>	<i>4 236,02 €</i>	<i>6 338,08 €</i>	<i>- 2 102,06 €</i>
<i>Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação</i>	<i>8 896,13 €</i>	<i>2 595,31 €</i>	<i>6 300,82 €</i>
<i>Encargos com a saúde</i>	<i>117 278,57 €</i>	<i>132 301,17 €</i>	<i>- 15 022,60 €</i>
<i>Subsídio familiar a crianças e jovens</i>	<i>34 044,14 €</i>	<i>34 134,81 €</i>	<i>- 90,67 €</i>
<b>TOTAL</b>	<b>12 157 763,15 €</b>	<b>10 699 023,23 €</b>	<b>1 458 739,92 €</b>

O Município de Fafe passou a exercer novas competências, no âmbito da descentralização de competência do Estado- área de Educação, estas transferidas ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas sectoriais, nomeadamente em matéria da educação, esta regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a partir de 01 de abril de 2022.

Neste sentido foram transferidos 32 Assistentes operacionais e 9 Assistentes Técnicos, o que reflete em parte, o aumento verificado com a despesa com pessoal.

## NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Nos quadros abaixo segue demonstração das transações efetuadas entre as entidades do grupo municipal:

Quadro 33 Listagem das entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social	Participação	% controlo		Controlo final
				Direto	Indireto	
AF - ÁGUAS DE FAFE, E.M.	Empresa Municipal	400 000,00 €	400 000,00 €	100,00%		100,00%

Quadro 34 Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	31/12/2022				31/12/2021		
		Transação		Saldo no fim do período	Quantia	% no total das transações	Saldo no fim do período	
		Tipo	Quantia					% no total das transações
AF - ÁGUAS DE FAFE, E.M.	Entidade controlada	Consituição capital social em numerário	- €		44 447,00 €			
		Consituição capital social em espécie	- €		355 553,00 €			
		Fornecimento abastecimento água	132 761,30 €	- €	26 745,32 €	5 140,05 €		
		Outras contas a pagar - Rendas e Alugueres	78 333,33 €	78 333,33 €	18 810,96 €	18 810,96 €		
		Outras contas a pagar - Município de Fafe - Clientes RSU	594 571,81 €	594 571,81 €	172 179,10 €	172 179,10 €		
		Auto transferência de bens móveis	442 235,26 €	- €	- €	- €		
		Saldos fornecedores	11 083,22 €	11 083,22 €	- €	- €		

Quadro 35 Pessoas chave da gestão

Nome	Situação na entidade	Responsabilidade	Remuneração mensal ilíquida
<b>Município de Fafe</b>			
Antero Silva Oliveira Barbosa Fernandes	Presidente da Câmara	01/01/2022 a 31/12/2022	3 668,90 €
Parcídio Cabral de Almeida Summavielle	Vereador com pelouro	01/01/2022 a 31/12/2022	2 935,12 €
Paula Maria Ramos Nogueira	Vereadora com pelouro	01/01/2022 a 31/12/2022	2 935,12 €
Raul Manuel Rebelo da Cunha	Vereador com pelouro	01/01/2022 a 31/12/2022	2 935,12 €
Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins	Vereador com pelouro	01/01/2022 a 28/02/2022	2 935,12 €
Palmira Teresa Moreira Dias	Vereadora com pelouro	01/03/2022 a 31/12/2022	2 935,12 €
Rui Sandro Novais da Silva	Vereador sem pelouro	01/01/2022 a 31/12/2022	Senhas de presença- 77,24€
Maria Manuel de Freitas Gonçalves	Vereador sem pelouro	01/01/2022 a 31/12/2022	Senhas de presença- 77,24€
<b>Entidade controlada</b>			
Ana Preciosa Mendes Novais Teixeira	Administração	01/01/2022 a 31/12/2022	49 153,70 €
Jorge Adélio Martins Pereira da Costa	Administração	01/01/2022 a 31/12/2022	

## NOTA 21 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

### a) Fornecimento e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha a seguinte decomposição:

Quadro 35- Fornecimento e serviços externos

Fornecimento e Serviços Externos	31/12/2022	31/12/2021	Varição 2022/2021
<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>3 482 898,10 €</b>	<b>2 875 585,32 €</b>	<b>607 312,78 €</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>2 423 540,54 €</b>	<b>1 709 310,86 €</b>	<b>714 229,68 €</b>
<i>Estudos, pareceres e consultoria jurídica</i>	240 912,30 €	18 388,20 €	222 524,10 €
<i>Projetos e serviços de informática</i>	108 729,48 €	137 892,18 €	- 29 162,70 €
<i>Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria</i>	146 007,58 €	27 460,00 €	118 547,58 €
<i>Outros trabalhos especializados</i>	334 362,28 €	423 504,89 €	- 89 142,61 €
<i>Publicidade, comunicação e imagem</i>	81 960,65 €	66 385,42 €	15 575,23 €
<i>Vigilância e segurança</i>	236 413,72 €	149 023,14 €	87 390,58 €
<i>Honorários</i>	238 268,99 €	118 479,38 €	119 789,61 €
<i>Comissões</i>	211 747,10 €	199 738,30 €	12 008,80 €
<i>Conservação e reparação</i>	328 977,89 €	237 539,49 €	91 438,40 €
<i>Outros serviços especializados</i>	126 360,97 €	330 899,56 €	- 204 538,59 €
<b>Materiais de consumo</b>	<b>605 319,01 €</b>	<b>460 444,96 €</b>	<b>144 874,05 €</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>1 201 307,49 €</b>	<b>1 670 137,37 €</b>	<b>- 468 829,88 €</b>
<i>Eletricidade</i>	834 298,69 €	1 339 425,40 €	- 505 126,71 €
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	364 404,85 €	226 619,52 €	137 785,33 €
<i>Água</i>	2 603,95 €	104 092,45 €	- 101 488,50 €
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>60 803,89 €</b>	<b>62 372,72 €</b>	<b>- 1 568,83 €</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>1 710 993,10 €</b>	<b>918 849,44 €</b>	<b>792 143,66 €</b>
<i>Rendas e alugueres</i>	274 038,79 €	125 692,11 €	148 346,68 €
<i>Comunicação</i>	143 711,11 €	86 129,10 €	57 582,01 €
<i>Seguros</i>	106 255,14 €	81 779,24 €	24 475,90 €
<i>Contencioso e notariado</i>	35 035,55 €	31 660,26 €	3 375,29 €
<i>Despesas de representação dos serviços</i>	8 111,28 €	1 018,00 €	7 093,28 €
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	439 069,48 €	245 194,66 €	193 874,82 €
<i>Outros serviços</i>	704 771,75 €	347 376,07 €	357 395,68 €
<b>TOTAL</b>	<b>9 484 862,13 €</b>	<b>7 696 700,67 €</b>	<b>1 788 161,46 €</b>

Nota: O aumento dos gastos com fornecimento e serviços externos deveu-se, em parte, ao facto do Município de Fafe passar a exercer competências transferidas ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas sectoriais, nomeadamente em matéria da educação, esta regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Todavia, os gastos tiverem uma contrapartida nas transferências correntes, ao abrigo a Lei do Orçamento do Estado para 2022, no seu artigo 89.º, que dotou o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), gerido pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

- Eletricidade: Diminuição justificada pela substituição de iluminação pública por LED, bem como da baixa da taxa de IVA para 6%.
- Combustíveis e lubrificantes: Flutuação do mercado dos combustíveis com aumento sucessivos verificados dos combustíveis durante o exercício.
- Rendas e alugueres: Aumento justificado pela retoma das atividades municipais, com a locação de tendas e sanitários para realização de atividades festivas e eventos.
- Limpeza, higiene e conforto: Aumento justificado pela limpeza dos edifícios municipais e agrupamentos de escola, no âmbito da descentralização- área da educação

## b) Transferências e Subsídios Concedidos

Quadro 36- Transferências e Subsídios Concedidos

Transferências e Subsídios Concedidos	31/12/2022	31/12/2021	Varição 2022/2021
<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>5 930 246,20 €</b>	<b>5 336 189,61 €</b>	<b>594 056,59 €</b>
<i>Associações de Municípios</i>	684 699,98 €	485 141,69 €	199 558,29 €
<i>Freguesias</i>	2 314 372,90 €	2 014 831,29 €	299 541,61 €
<i>Outros</i>	21 088,02 €	20 615,80 €	472,22 €
<i>Instituições sem Fins Lucrativos</i>	2 196 557,30 €	1 976 620,38 €	219 936,92 €
<i>Famílias</i>	713 528,00 €	838 980,45 €	- 125 452,45 €
<i>Emergencia social</i>	41 191,01 €	66 236,79 €	- 25 045,78 €
<i>Bolsas de Estudo</i>	302 964,08 €	328 433,16 €	- 25 469,08 €
<i>Apoio ao Arrendamento</i>	227 268,02 €	256 191,47 €	- 28 923,45 €
<i>Programa Ser Solidario</i>	5 400,00 €	105,47 €	5 294,53 €
<i>Tarifarios Sociais</i>	5 588,31 €	3 665,02 €	1 923,29 €
<i>Auxílios económicos - AED's</i>	- €	- €	- €
<i>Outros</i>	1 750,00 €	3 750,00 €	- 2 000,00 €
<i>Programas Ocupacionais</i>	127 569,06 €	175 124,17 €	- 47 555,11 €
<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<i>Instituições sem fins lucrativos</i>	- €	- €	- €
<i>Outros</i>	- €	- €	- €
<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>2 972 713,37 €</b>	<b>2 690 226,08 €</b>	<b>282 487,29 €</b>
<i>Associações de Municípios</i>	49 889,38 €	110 029,36 €	- 60 139,98 €
<i>Freguesias</i>	2 020 354,00 €	2 067 557,52 €	- 47 203,52 €
<i>Instituições sem Fins Lucrativos</i>	845 646,48 €	430 837,65 €	414 808,83 €
<i>Famílias</i>	56 823,51 €	81 801,55 €	- 24 978,04 €
<b>TOTAL</b>	<b>8 902 959,57 €</b>	<b>8 026 415,69 €</b>	<b>876 543,88 €</b>

**c) Juros e Gastos Similares Suportados**

A Quadro infra discrimina a rubrica de juros e gastos similares, sendo que o maior montante respeita a encargos com empréstimos de médio e longo prazo.

**Quadro 37- Juros e Gastos Similares Suportados**

Juros e Gastos Similares Suportados	31/12/2022	31/12/2021	Varição 2022/2021
<b>Juros e encargos suportados</b>	<b>33 151,87 €</b>	<b>37 976,42 € -</b>	<b>4 824,55 €</b>
<i>Juros de financiamentos obtidos</i>	<b>29 923,99 €</b>	<i>37 976,42 € -</i>	<i>8 052,43 €</i>
<i>Caixa Geral de Depósitos</i>	9 432,63 €	11 751,24 € -	2 318,61 €
<i>Banco Santander Totta</i>	1 721,99 €	2 201,98 € -	479,99 €
<i>Banco Português de Investimentos</i>	17 502,60 €	17 624,35 € -	121,75 €
<i>Outros - Juros de financiamentos - ADC, IP</i>	1 266,77 €	- €	1 266,77 €
<i>Outros juros</i>	3 227,88 €	6 398,85 € -	3 170,97 €
<b>Outros encargos</b>	<b>36 705,39 €</b>	<b>9 006,22 €</b>	<b>27 699,17 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>69 857,26 €</b>	<b>46 982,64 €</b>	<b>22 874,62 €</b>

**d) Outros Rendimentos consolidado**
**Quadro 38- Outros Rendimentos**

Outros Rendimentos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Varição 2022/2021
<b>Rendimentos suplementares</b>		<b>43 327,60 €</b>	<b>26 573,71 €</b>	<b>16 753,89 €</b>
<b>Ganhos em inventários</b>		<b>291,27 €</b>	<b>1 872,01 € -</b>	<b>1 580,74 €</b>
<b>Rendimentos em investimentos não financeiros</b>		<b>2 789 840,11 €</b>	<b>2 558 242,53 €</b>	<b>231 597,58 €</b>
<b>Alienações - Ativos Fixos Tangíveis:</b>		<b>794 292,67 €</b>	<b>277 930,20 €</b>	<b>516 362,47 €</b>
<i>Terrenos e Recursos Naturais</i>		15 711,25 €	5 894,09 €	9 817,16 €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>		395 494,51 €	271 236,11 €	124 258,40 €
<i>Equipamento de transporte</i>	1	44 527,75 €	- €	44 527,75 €
<i>Maquinaria e equipamento</i>	1	276 178,76 €	- €	276 178,76 €
<i>Outras</i>	1	62 380,40 €	800,00 €	61 580,40 €
<b>Rendas em propriedades de investimento</b>		<b>1 589 088,58 €</b>	<b>1 878 057,62 € -</b>	<b>288 969,04 €</b>
<i>Terrenos e Recursos Naturais</i>		28 859,16 €	28 803,96 €	55,20 €
<i>Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)</i>		1 436 362,55 €	1 415 267,74 €	21 094,81 €
<i>Outros</i>		123 866,87 €	433 985,92 € -	310 119,05 €
<b>Sobre facturação Parque eólica</b>		<b>406 458,86 €</b>	<b>368 119,15 €</b>	<b>38 339,71 €</b>
<b>Outros:</b>		<b>1 608 877,50 €</b>	<b>1 594 581,50 €</b>	<b>14 296,00 €</b>
<i>Correções relativas a períodos anteriores</i>		134 554,63 €	41 345,91 €	93 208,72 €
<i>Imputação de subsídios e transferências para investimentos</i>		1 468 045,40 €	1 551 580,99 € -	83 535,59 €
<i>Outros não especificados</i>		6 277,47 €	1 654,60 €	4 622,87 €
<b>TOTAL</b>		<b>4 442 336,48 €</b>	<b>4 181 269,75 €</b>	<b>261 066,73 €</b>

e) Outros Gastos

Quadro 39- Outros Gastos

Outros Gastos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Varição 2022/2021	Var %
<b>Impostos e taxas</b>		<b>350 121,88 €</b>	<b>334 795,13 €</b>	<b>15 326,75 €</b>	<b>4,6%</b>
Impostos diretos		4 894,93 €	123,65 €	4 771,28 €	3858,7%
Impostos Indirectos		573,45 €	- €	573,45 €	#DIV/0!
Taxas		344 653,50 €	308 716,11 €	35 937,39 €	11,6%
<b>Desc. P/Pagamentos Concedidos</b>		<b>0,02 €</b>	<b>- €</b>		
<b>Perdas em inventários</b>		<b>0,01 €</b>	<b>674,01 € -</b>	<b>674,00 €</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Gastos em investimentos não financeiros</b>		<b>88 949,22 €</b>	<b>- €</b>	<b>88 949,22 €</b>	<b>100,0%</b>
Propriedades de investimento		88 949,22 €	- €	88 949,22 €	1000,0%
<b>Outros</b>		<b>797 223,79 €</b>	<b>15 977,35 €</b>	<b>781 246,44 €</b>	<b>100,0%</b>
<b>Correções relativas a períodos anteriores</b>		<b>521 639,18 €</b>	<b>- €</b>	<b>521 639,18 €</b>	<b>100,0%</b>
Imposto municipal sobre imóveis		405 619,10 €	- €	405 619,10 €	100,0%
Impostos- Outras correções		6 403,72 €	- €	6 403,72 €	100,0%
Taxas - Outras correções		102 241,00 €	- €	102 241,00 €	100,0%
Reg. Estimativa Remunerações Ex. An		7 375,36 €	- €	7 375,36 €	200,0%
<b>Quotizações</b>		<b>9 736,67 €</b>	<b>9 871,80 € -</b>	<b>135,13 €</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Indemnizações - correntes</b>		<b>263 891,39 €</b>	<b>2 849,82 €</b>	<b>261 041,57 €</b>	<b>9159,9%</b>
<b>Outros</b>		<b>1 275,95 €</b>	<b>3 255,73 € -</b>	<b>1 979,78 €</b>	<b>-60,8%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1 236 294,92 €</b>	<b>351 446,49 €</b>	<b>884 848,43 €</b>	<b>251,8%</b>

Nota:

**Correções relativas a períodos anteriores:**

Resulta do detalhe do apuramento do IMI, reembolsos efetuados no âmbito do processo com Parque Eólicos. Vários acórdãos do supremo tribunal administrativo (anos de 2017, 2018 ..) foram desfavoráveis ao Estado - Autoridade tributária, relativamente ao entendimento de liquidação de IMI sobre os parques eólicos.

- Em 2019 foi notícia, que o montante de IMI e juros a restituir pelos Municípios, na sequência desses processos atingia vários milhões de euros, mas que a Administração Tributária (AT) iria adiantar, o pagamento que depois seria suportado pelas autarquias. Em virtude da Câmara ter respondido, em tempo, sempre aos pedidos de informação formulados pela AT, na sequência de impugnação judicial movidas pelo Parque Eólico de Fafe, tendo por objeto a liquidação de IMI, mas nunca foi notificada de qualquer decisão sobre montantes de IMI a reembolsar por decisão judicial ou outra. Em 2022 foi proferida sentença judicial desfavorável aos municípios.

**Indemnizações:**

- Indemnização a Indáqua, S.A por incumprimento do plano de investimento municipal decorrente do término de contrato de concessão aprovado em Reunião de Câmara de 23/05/2022 ponto#3 no montante de 271.765,00 €;
- Processo 1624/16.OT9BRG – Sentença Tribunal Reembolso honorários para Eugénio Fernando de Sá Carneiro no montante de 24.000,00€
- Reversão de provisão constituída em anos anteriores no montante de 41.375,00€;

**NOTA 22 OUTRAS DIVULGAÇÕES**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

**Fiscalização Interna:**

**MUNICÍPIO DE FAFE:** Sociedade de revisores MGI & Associados, SROC, Lda., representada pela Dr.<sup>a</sup> Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira, a qual é responsável pela certificação legal de contas do Município, pertencendo à, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nos termos do art.º 77 da Lei anteriormente citada.

**Empresa Municipal ÁGUAS DE FAFE, E.M:** SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, LDA, representada por: João Manuel Trigo de Morais, ROC n.º 881.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

JUNHO 2023

**FAFE**  
município